SAO PAULO PLANO DE GOVERNO

RODRIGO GARCIA

PROGRAMA DE GOVERNO RODRIGO GARCIA

DIRETRIZES

INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo tem muitas experiências de sucesso na superação de atrasos e na promoção do desenvolvimento, e os números mostram isso. Nossas vantagens comparativas foram construídas por meio do investimento em educação, infraestrutura, pesquisa, ciência e tecnologia. Acolhemos as diversas culturas e raças e, graças a isso, temos uma sociedade plural que faz a nossa força. Os setores público e privado, juntos, produziram áreas de excelência e posicionaram o Estado em condição de enfrentar os desafios que se impõem, em benefício dos seus cidadãos. E sem esquecer a responsabilidade com o Brasil, um valor registrado no brasão do Estado: Pelo Brasil Faça-se o Melhor.

O **governo Rodrigo Garcia** tem orgulho de nossas raízes, de nossa história, e faz parte dela. Porém, com consciência daquilo que deve e pode ser melhorado. Não temos medo de reconhecer desacertos. Essa é uma virtude, um primeiro passo para correção de rumos e para aprimorar as políticas públicas. Foco no cidadão paulista – de nascimento e de escolha – sem deixar ninguém para trás, e respeito ao esforço do contribuinte: esses são os nossos valores.

Querer o melhor para os cidadãos de São Paulo é a primeira condição para a boa gestão, mas isso só não basta. Muitos outros atributos são necessários. É preciso conhecer nossa complexa realidade, nos vários cantos do território. Saber ouvir os diferentes segmentos da sociedade, dos mais humildes àqueles que aqui investem e empreendem. É preciso contar com um time técnico qualificado para desenhar políticas públicas que corrijam injustiças e promovam o desenvolvimento. Ter capacidade política e administrativa para o devido enfrentamento dos desafios que se apresentam.

O momento atual pede coerência com o que nos trouxe até aqui, preservando os avanços conquistados, mas sem perder de vista as novas demandas da sociedade, o cuidado com aqueles que mais precisam – especialmente em um país onde a pobreza voltou a subir. Mas sempre atento aos ventos da modernidade.

Acreditamos em um Estado forte no sentido de prover condições para que as pessoas e os negócios possam prosperar. Isso envolve oferecer serviços públicos de qualidade e promover a igualdade de oportunidades, garantindo vida digna a todas as famílias, com especial atenção para a inclusão social. Ao mesmo tempo, estimular o empreendedorismo e os ganhos de produtividade do setor produtivo, promovendo um ambiente de negócios saudável, o acesso à infraestrutura de qualidade e o incentivo à inovação e à internacionalização.

Estado forte não significa ser grande e onipresente. Ao contrário, deve estar aberto às parcerias com a iniciativa privada e o Terceiro Setor, onde estes se mostram mais eficientes e eficazes, inclusive como já ocorre com as concessões e com os contratos de gestão com organizações sociais em diversas áreas de inegável sucesso, desde quando, de forma pioneira, implementamos a primeira Organização Social na área da Saúde. Neste mundo mais complexo, marcado por acontecimentos de grande repercussão na vida cotidiana – crises, conflitos geopolíticos, efeitos das mudanças climáticas e de problemas na saúde – e por grande anseio da sociedade por participação nas decisões dos governos – a efetividade da ação estatal demanda, mais do que nunca, maior articulação com o setor privado. As parcerias entre público e privado são o combustível para a necessária reinvenção ou atualização sistemática da ação estatal.

Há ciência no desenho de políticas públicas, o que significa o cuidado técnico no seu projeto e na sua implementação, contando com a contribuição da academia e de especialistas e com atenção aos detalhes que produzem grande diferença para o cidadão. E nós sabemos fazer isso. O caminho para o aprimoramento contínuo da ação estatal está no cerne da estratégia para melhorar a vida das pessoas e gerar oportunidades de emprego e renda. Ao mesmo tempo, as inovações são bem-vindas, com o devido cuidado no seu desenho e governança, de modo a atrair recursos de organismos internacionais para sua implementação, bem como permitir parcerias com o setor privado. O olhar deve ser focado no cidadão - de hoje e do futuro – o que significa uma gestão que seja responsável no uso dos recursos públicos e com o meio ambiente. Onde há ciência, não cabem obscurantismo e dogmas, de esquerda ou direita, de Estado grande ou pequeno; o que existe são boas políticas públicas, que precisam ganhar escala. Para isso é muito importante a participação da iniciativa privada de forma coordenada pelo Estado, para assim melhorar a alocação de recursos e otimizar as especializações de cada entidade. Nossa proposta contempla a construção de canais e instrumentos para maior participação do setor privado nas políticas governamentais visando ao atendimento aos princípios ESG ("Environmental, Social and Governance"). Cada vez mais a sobrevivência das empresas dependerá da adesão a essa agenda, representando uma oportunidade para o Estado contar com a contribuição privada.

Educação e Emprego, esse "Duplo E", é a nossa máxima prioridade, especialmente diante do quadro de grave aumento da pobreza nos últimos anos, decorrente de duas graves recessões (entre 2014/16 e em 2020), do aumento da inflação desde 2021 e das muitas consequências da pandemia nas estratégias das empresas e nos hábitos das famílias e que comprometem a empregabilidade de muitos, enquanto segmentos do setor produtivo sentem a falta de mão de obra especializada.

Com esse espírito propomos o **Plano de Desenvolvimento Econômico Inclusivo e Sustentável**. O Plano consiste em **três eixos** que, por sua vez, se apoiam no alicerce da gestão eficiente da máquina pública.

Afirmamos nosso compromisso com a revisão permanente dos gastos públicos para obter o melhor uso possível dos recursos do contribuinte; a valorização dos bons servidores públicos e o estímulo à qualificação; a promoção da diversidade em todos os escalões, de modo a melhor compreender e servir uma sociedade plural e com diferentes necessidades, como é o caso das pessoas com deficiência e ação coordenada entre as Secretarias de Estado. A eficiência administrativa deve se pautar também no municipalismo, um aspecto exercido com primazia por Rodrigo Garcia, um governante que conhece a fundo as diversas realidades regionais, seus talentos e seus desafios. É necessário premiar boas gestões e não invadir áreas que podem ser mais bem conduzidas pelos municípios, mas com apoio do Estado. Afinal, como bem sabemos, as pessoas não vivem na União ou nos estados, mas sim nos municípios.

A administração pública precisa de estrutura estável e sólida, mas precisa também dar espaço para a modernidade. Esse é um objetivo a ser perseguido, sendo transversal a todas as áreas do governo. Trabalhamos para um governo digital, com informações amplas dos cidadãos para melhor atender a todos e facilitar o acesso a políticas públicas. A tecnologia deve estar a serviço da agilidade administrativa e com foco no cidadão. Um governo digital e ESG, como investimento na conectividade e na inclusão digital.

O primeiro eixo é o Social. Nossa missão será prover igualdade de oportunidades, inclusão produtiva e empregabilidade dos mais vulneráveis – incluindo políticas de distribuição de renda. O caminho a ser perseguido é o da focalização das políticas públicas em quem mais precisa e cuidar das pessoas nos vários aspectos que influenciam diariamente suas vidas: Educação, Saúde, Segurança Pública, Direitos Humanos e Mobilidade. As manifestações culturais e artísticas precisam estar também contempladas no desenvolvimento social, uma vez que constituem a mais bela expressão de nossa sociedade, com toda sua complexidade e riqueza trazida também pelas minorias, sejam elas étnicas, religiosas ou de gênero, em suas mais variadas expressões. Vamos investir em experiências bem-sucedidas e temos muitas delas dentro de São Paulo, mas devemos aprender com os erros e acertos dos demais. Um importante guia para nossa atuação virá do trabalho de agentes de desenvolvimento familiar, profissionais que farão o diagnóstico das neces-

sidades das famílias pobres, com especial atenção às mulheres chefes de família. É necessário um cuidado especial com os futuros cidadãos, por meio da atenção à primeira infância e à qualidade do ensino, desenvolvendo os talentos e preparando os jovens para o mercado de trabalho e para a cidadania.

Promover a segurança dos cidadãos é pressuposto da ação estatal. São Paulo apresenta os menores indicadores do Brasil nos crimes contra a vida. As defesas do patrimônio e, sobretudo, da vida são missões essenciais que nossos policiais têm dedicado e que fizeram São Paulo ser um caso de sucesso na drástica redução de homicídios – sem que isso signifique um apelo à violência generalizada ou à leniência com o crime. Nossa postura com o crime é de tolerância zero. Quer seja ele fruto da marginalidade mais rasteira, de associações criminosas ou os crimes de "colarinho branco", oriundos da corrupção que drena os recursos sagrados do trabalho do povo.

O segundo eixo é o Desenvolvimento Econômico. A economia paulista cresce mais que a brasileira, mas podemos ainda mais. Os ciclos econômicos muito acidentados do país, o reduzido grau de internacionalização do setor produtivo e o chamado custo Brasil são fatores que inibem o investimento das empresas para obter ganhos de produtividade, crescer e empregar. O avanço das novas tecnologias aumenta o desafio para preservar e aumentar a competitividade do setor produtivo. De outro lado, o quadro mundial recente abre uma janela de oportunidades para atração de investimentos ao Estado de São Paulo, pois tem alimentado mudanças nas estratégias corporativas no mundo em busca de alternativas para transferir seus ativos para países e regiões mais estáveis e próximas a seus mercados sede. O papel do Estado é, em grande medida, azeitar as engrenagens do crescimento de modo a propiciar o investimento e a inovação, esta que é a mola mestra do crescimento sustentado de longo prazo. Sem isso, não se geram empregos de qualidade e tampouco renda a ser utilizada para cuidar das famílias mais pobres. A ação estatal envolve prover infraestrutura de qualidade – direta ou indiretamente – por meio de parcerias com o setor privado, marco jurídico adequado, ambiente de negócios saudável, mão de obra de qualidade, apoio à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. É importante não avançar em áreas que são mais bem conduzidas pela iniciativa privada, cabendo ao Estado forte criar um arcabouço regulatório adequado. E não podemos ignorar o efeito perverso da chamada guerra tributária, o que demanda nossa atenção. Muito já caminhamos, o Estado de São Paulo é hoje referência em muitas áreas. Mas não podemos nos acomodar, especialmente diante dos novos desafios.

Há muito potencial ainda a ser explorado e o governo estará sempre atento às diferentes demandas, seja do pequeno produtor rural ou de grandes empresas.

O terceiro pilar é o da Sustentabilidade Ambiental. Crescimento sustentável do ponto de vista ambiental é crescimento duradouro. Precisamos também lidar com as consequências das mudanças climáticas. Felizmente a preocupação com a sustentabilidade chegou ao mundo dos negócios, que pode representar importante e estratégico parceiro no enfrentamento dos desafios ambientais. Para os vários objetivos – descarbonização, conservação da biodiversidade e segurança hídrica – serão muitas frentes de ação, que já estão em curso, – como fomento à pesquisa, incentivo ao uso de modernas técnicas de cultivo e criação, regulação adequada, rigor na fiscalização e punição a infratores, estímulo a política de melhor uso e ocupação do solo, a destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos, preservação de áreas verdes e restauração ecológica. Entendemos que esse enfrentamento deva ser encarado também como oportunidade de negócios – como o ecoturismo e o transporte multimodal –, de valorização da nossa agropecuária e de geração de empregos, inclusive na inclusão produtiva em atividades ligadas à nova economia verde.

O modelo das gestões tem sido vencedor e será aperfeiçoado, pautado por valores que, por vezes parecem óbvios, mas precisam ser reafirmados cotidianamente:

- 1. O respeito ao primado da lei. Não se pode governar à margem da Constituição e da legislação vigente;
- 2. O diálogo democrático permanente, em um modelo de governança política pautado no equilíbrio e na

boa articulação com os Poderes Legislativo e Judiciário, e com os governos federal e municipais, além das forças vivas da sociedade civil;

- 3. O universalismo de procedimentos e a impessoalidade, afastando os vícios do clientelismo e do corporativismo;
- 4. A transparência e a governança das ações governamentais, como instrumento de prestação de contas para a sociedade.

Somos o partido que deteve a escalada inflacionária no país; que reergueu São Paulo da grave crise de insolvência do início dos anos 1990 que inclusive culminou na intervenção do Banco Central no antigo Banespa; e que trouxe os medicamentos genéricos para a população. Muitos outros feitos precisam ser valorizados. Modernizamos os transportes e hoje detemos as melhores rodovias do Brasil. Fizemos a despoluição do Rio Pinheiros, tarefa complexa que marca uma nova era na área ambiental do Estado. Com o trabalho do Instituto Butantan, tivemos a vacina contra o vírus da Covid-19. São Paulo precisa seguir seu curso vitorioso, com muito trabalho e respeito à família paulista.

Que o debate público seja honesto e apoiado na ciência, com respeito aos adversários e espaço para o contraditório. A seguir, apresentamos uma exposição resumida para cada uma das áreas, contendo um histórico de nossas conquistas e os respectivos projetos para o futuro. Essas são as diretrizes de um plano de governo em construção. Ponto de partida para as discussões que acontecerão nas próximas semanas, durante a campanha eleitoral, com a escuta atenta liderada por um governante que reconhece e valoriza a participação popular na construção das políticas públicas. Um plano coerente para preparar São Paulo para o futuro, sua gente e seu parque produtivo. Temos muito a mostrar e sabemos o que propor. Que nosso legado seja um Estado próspero, justo e sustentável, ainda melhor para os nossos filhos.



O Governo do Estado realizou reformas importantes nos últimos quatro anos na educação, para garantir mais tempo dos alunos na escola, com mais qualidade e mais opções de escolha aos estudantes.

A rede estadual foi pioneira na implantação da Base Nacional Comum do Ensino Médio, garantindo aos alunos a possibilidade de cursar itinerários formativos de acordo com sua escolha. Assim, a escola paulista será a primeira do Brasil a oferecer, a partir de 2023, mais oportunidades aos jovens, valorizando as suas competências e aptidões. O Novo Ensino Médio representa maior tempo de aulas para nossos jovens, de 2.400 para 3.150 horas e mais liberdade para o estudante na escolha e desenvolvimento de suas vocações. Nesse aspecto, destaca-se a parceria entre a rede estadual de educação e o Centro Paula Souza, que provê trilhas de Ensino Técnico aos estudantes do Ensino Médio paulista. Atualmente, 747 escolas oferecem essa modalidade de formação para aproximadamente 40 mil estudantes da rede estadual.

Em 2022 também foi criada a nova carreira docente, que amplia o piso salarial dos profissionais da educação e simplifica a evolução na carreira, valorizando o professor. Dessa forma, o salário inicial do professor chega a até R\$ 7 mil nas escolas de tempo integral, o que representou aumento de até 73% nos vencimentos, um grande incentivo para aqueles que querem se dedicar à licenciatura.

Para dar conta dos desafios da melhoria da qualidade, prioridade absoluta deste governo, e para recuperar as aprendizagens no contexto da pandemia, a rede estadual aumentou o número de escolas em tempo integral, de 364 para 2.050 entre os anos de 2018 e 2022. O número de alunos matriculados nesta modalidade aumentou quase nove vezes: eram 115 mil e já são mais de 1 milhão. Para o próximo ano, o número de escolas em tempo integral deve saltar para 2.500.

Outra inovação foi a inserção do ensino de inglês no currículo de todas as crianças e jovens, do 1° ao 5° ano, do Ensino Fundamental. Com essa ampliação, ocorrida em 2022, todos os estudantes, do 1° ano do Ensino Fundamental ao 3° ano do Ensino Médio passaram a ter acesso ao aprendizado desta importante língua estrangeira.

Para melhorar o ambiente escolar, o Estado criou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Com a iniciativa, o governo repassa diretamente recursos à direção da escola que, de forma descentralizada, contrata reformas e adquire equipamentos, tudo com menos burocracia, alinhado com as suas necessidades reais. Desde 2019, foram repassados R\$ 2,7 bilhões diretamente às escolas. Antes do PDDE, as escolas recebiam, em média, R\$ 7 mil por ano; agora recebem R\$ 237 mil.

Para auxiliar os municípios na oferta de creches para os nossos bebês e crianças, o Estado, mesmo não sendo responsável por esta etapa de ensino, entregou 188 novas unidades, viabilizando aproximadamente 25 mil novas vagas para crianças de 0 a 4 anos.

Com todos esses esforços, São Paulo passou, novamente, a liderar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental. Depois de cair no ranking nacional em anos anteriores, o Estado melhorou em todas as etapas de ensino nessa gestão, chegando à liderança nacional no Ensino Fundamental e apresentando o maior crescimento da história no Ensino Médio.

São Paulo está no caminho certo. E, na próxima gestão, vamos continuar a priorizar a qualidade do ensino, apostando na valorização do professor, na ampliação do ensino em tempo integral e, para os nossos jovens, oferecer a todos que optarem pela dupla titulação, a possibilidade de terminarem o Ensino Médio também com um diploma de Ensino Técnico, com o MédioTec. A seguir, os **6 eixos de prioridade** da próxima gestão:

1. A Escola do Jovem

- Garantir o ensino em tempo integral para todas as escolas de Ensino Médio.
- Continuar a ampliação da escola em tempo integral em todas as etapas do ensino.
- Oferecer Ensino Técnico e Cursos de Especialização para todos os estudantes do Ensino Médio, com o MédioTec.
- Manter programa de Bolsa Permanência, que garante um valor mensal para que o jovem não abandone seus estudos.
- Permitir que estudantes da rede pública estadual cursem disciplinas nas universidades estaduais e nas instituições municipais de Ensino Superior e que tais cursos valham como futura carga horária caso pretendam fazer uma faculdade.
- Estender para a Educação de Jovens e Adultos o Ensino Técnico como forma de valorizar o percurso de vida dos estudantes desta modalidade e garantir sua empregabilidade ao final do curso.
- Conceder bolsas de estudos para estudantes que estejam terminando o Ensino Médio com bons resultados acadêmicos, para ingressarem em cursos de licenciatura e atuarem na carreira docente após conclusão do curso.
- Repassar recursos para os grêmios estudantis para alunos desenvolverem projetos que aumentem seu protagonismo, bem como definir e adquirir equipamentos que considerem necessários.
- Implantar uma sala maker com atividades relacionadas à cultura digital, robótica e ciências em todas as escolas da rede estadual.

2. Valorizar o Magistério

- Consolidar a Nova Carreira do Magistério, aprovada em março de 2022.
- Incentivar uma segunda licenciatura para todos os professores da rede estadual de ensino, ampliando as possibilidades de docência.
- Oferecer programas de Mestrado, Doutorado e cursos de extensão ou especialização para docentes da rede estadual em parceria com as universidades, centros universitários e instituições de Ensino Superior paulistas, para o aperfeiçoamento nas áreas e disciplinas de atuação dos docentes.
- Ampliar a atuação da Escola de Formação de Professores (EFAPE) na capacitação docente, com foco na prática da sala de aula.

3. Garantir a Autonomia das Escolas

- Avançar em políticas públicas para ampliar a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas.
- Reforçar o Programa Dinheiro Direto na Escola com repasse de recursos para as Associações de Pais e Mestres.

- Permitir que as escolas realizem obras (pequenas ampliações, manutenções e reparos de médio porte, como rede elétrica e cobertura) a fim de agilizar a sua manutenção e estimular a economia local.
- Utilizar a inteligência artificial na digitalização da prestação de contas das escolas, aumentar a transparência da utilização dos recursos públicos e reduzir o trabalho burocrático dos diretores de escola.
- Investir em políticas de acolhimento e de promoção da saúde mental para garantir o bem-estar dos alunos e educadores.

4. Consolidar uma Política para a Infância

- Ampliar o regime de colaboração do Estado com os municípios para garantir o apoio necessário ao desenvolvimento de políticas públicas para a infância.
- Articular as ações das Secretarias da Saúde, Desenvolvimento Social e Educação para apoiar os municípios no atendimento aos bebês e crianças.
- Apoiar o desenvolvimento de materiais pedagógicos para os municípios com base no Currículo Paulista para o Ensino Infantil.
- Construir novas unidades do programa Creche Escola que serão mantidas pelos municípios localizados em regiões vulneráveis.
- Apoiar os municípios na expansão da oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em tempo integral.
- Financiar a construção de salas de aula em escolas das redes municipais onde haja os piores índices de desenvolvimento humano (IDH-M), para ampliar o atendimento dos estudantes do Ensino Integral.
- Ampliar a parceria com os municípios para o atendimento dos estudantes do Ensino Fundamental, em especial os dos anos iniciais.

5. Parcerias com as Universidades

- Desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas públicas para o Ensino Básico em parceria com USP, UNICAMP, UNESP, Centro Paula Souza, Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Fundação Seade e Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, buscando referência nas melhores práticas por meio de um sistema de inovação ou think tank.
- Promover eventos científicos, com as universidades, para o reconhecimento de boas práticas no ensino e gestão das escolas públicas, com premiação da escola, professor, alunos e gestores.
- Intensificar ações e programas como "Universidade de Portas Abertas" ou "Ciências nas Férias", incentivando estudantes do Ensino Médio a cursarem disciplinas do Ensino Superior a serem consideradas, inclusive, como créditos para os itinerários formativos.
- Aproximar os estudantes do Ensino Médio com as instituições de Ensino Superior por meio de projetos de vida e ampla informação sobre formas de acesso, trajetórias inspiradoras de estudantes das escolas públicas nas universidades, reafirmando que todos têm condições de chegar aos cursos das universidades públicas e benefícios na sua formação.

- Criar incentivos para os estudantes da graduação, bolsas de pesquisa e extensão, vinculando sua formação com produção de projetos voltados para a escola e a educação em geral, num processo de formação mútua entre a universidade e as escolas públicas.
- Garantir parcerias entre as universidades e diretorias regionais de ensino para o desenvolvimento, nas escolas da rede estadual, de programas de estágio supervisionados aos graduandos das licenciaturas.

6. Políticas Afirmativas e de Inclusão

- Ampliar políticas educacionais voltadas para grupos como indígenas e quilombolas, respeitando questões relacionadas a currículo, capacitação docente, infraestrutura e contratações.
- Reforçar a formação docente e o suporte pedagógico para estudantes da Educação Especial com atendimento especializado, tradução de materiais para Braille e Libras.
- Ampliar o rol de atividades a serem oferecidas aos estudantes da rede pública como museus, exposições artísticas, eventos esportivos e atividades culturais em geral por meio de convênios com as instituições.
- Avançar em ações referentes à rede protetiva com foco na segurança física e mental dos estudantes por meio do fortalecimento das ações conjuntas com os Conselhos Tutelares, Conselhos de Segurança Comunitária, Programa Vigilância Solidária, Defensoria Pública e Ministério Público.
- Ampliar o investimento na Ronda Escolar e no policiamento ostensivo no entorno das unidades escolares.
- Articular as ações das Secretarias da Saúde, Desenvolvimento Social e Educação para apoiar o atendimento aos estudantes da rede estadual.

SAÚDE

O Estado de São Paulo ampliou fortemente nos últimos 20 anos a assistência à saúde para a população. Neste período, mais que dobrou o número de hospitais estaduais, hoje são mais de 100 unidades; criou redes assistenciais e de especialidades, como os 62 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades) e as 19 unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro; além de investir na alta complexidade como é o exemplo da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer. São Paulo inovou em diversos segmentos e foi o primeiro Estado do país a ter programas voltados para o financiamento de santas casas e hospitais filantrópicos, auxiliando estas unidades diante do subfinanciamento da tabela SUS do governo federal. Investiu em tecnologia, tendo a maior rede diagnóstica de alta complexidade do Brasil, além de ser referência em digitalização da saúde, com prontuários eletrônicos e o uso de telessaúde para o atendimento da população.

Assim, quando no início de 2019 a pandemia do coronavírus assolou o mundo, o Estado estava preparado para enfrentar e vencer o maior desafio de saúde pública de nossa geração. Foi o Governo de São Paulo o responsável por trazer a primeira vacina para o Brasil, pelo Instituto Butantan, e liderou o processo de vacinação no país. Assim, o Estado ocupa a liderança no ranking nacional de vacinação. Os dados do "vacinômetro" no início de 2022 indicam que, se São Paulo fosse um país, estaríamos em 3º lugar no ranking global em comparação com países com população superior a 40 milhões de habitantes, ficando apenas atrás da Coréia do Sul e da China em termos mundiais.

Além de fazer por São Paulo, fizemos muito pelo Brasil. O Butantan foi responsável pela produção de 110 milhões de doses de vacinas para todos os estados brasileiros; 8 em cada 10 idosos até o início de 2022, recebeu a vacina do Butantan.

No auge da pandemia, São Paulo foi o primeiro a criar o Centro de Contingência, que orientou com o que existe de mais avançado na ciência, os rumos do Estado. Naquele momento, o SUS de São Paulo aumentou os leitos de UTI de 3,5 mil para 10 mil, ampliação de 185%. Foram abertos 16 hospitais de campanha, contratados 7,5 mil novos profissionais de saúde e mais de quatro mil novos respiradores foram adquiridos. E uma nova fábrica de vacinas está em construção pelo Butantan.

Com todos esses esforços, o Estado enfrentou e venceu o maior desafio da sua história com a pandemia de Covid-19.

E mesmo diante deste desafio, São Paulo continuou avançando.

Pela primeira vez o Estado atingiu um dígito no indicador de mortalidade infantil, com 9,75 óbitos a cada mil nascidos vivos. A menor taxa de nossa história.

A Saúde ganhou cinco novos hospitais regionais e outros nove estão em obras para a ampliação da oferta de serviços em média e alta complexidade. O atendimento em especialidades teve o reforço de três novos AMEs para a realização de consultas, exames e cirurgias. Os 46 AMEs que possuem Hospital Dia passaram a realizar cirurgias cada vez mais complexas.

O atendimento de oncologia também ganhou muito, com a inclusão de 17 unidades na Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer. Novos hospitais estaduais passaram a oferecer cirurgias, quimioterapia e radioterapia, evitando o deslocamento de pacientes para outras cidades, aumentando o conforto e a humanização no atendimento.

Os AMEs ganharam em complexidade e passaram a ofertar atendimentos oncológicos com duas linhas de cuidados para o diagnóstico e tratamento de pacientes com câncer de pele e de intestino. Ainda nesse

sentido, cinco unidades passaram a ofertar tratamento em quimioterapia aos pacientes, evitando idas e vindas a hospitais de outros municípios. As sessões passaram a ocorrer mais perto da casa das pessoas, ampliando assim o acolhimento a estes pacientes em um momento de grande fragilidade.

As unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) também ganharam investimento no parque tecnológico. Cerca R\$ 300 milhões foram destinados para novos e modernos equipamentos, tanto para a rede estadual, quanto para a rede municipal e filantrópica, com a aquisição de respiradores – legado da pandemia – ressonâncias, tomógrafos, foco cirúrgicos, monitores e outros equipamentos de última geração. As unidades estaduais também ganharam com a digitalização dos seus hospitais, com a implantação de aplicativos que dinamizaram o atendimento e a oferta de serviços para a população e com o uso de tecnologia.

A telemedicina também virou realidade na rede estadual, com atendimentos remotos em AMEs e com a implantação da telemedicina em hospitais da rede, onde os profissionais de um hospital consultam especialistas de uma central, melhorando o atendimento e tratamento do paciente internado. São ofertadas teleconsultas especializadas para urgências, emergências e suporte clínico.

A retirada dos remédios ficou mais ágil com a implantação do aplicativo Remédio Agora nas farmácias de medicamentos especializados, reduzindo o tempo de espera na retirada destes produtos – que chegava a três horas – para cerca de 15 minutos.

As demandas mais urgentes foram enfrentadas com programas especiais, como foi o caso do Corujão da Saúde, que ofertou mais de 800 mil procedimentos entre consultas, exames e cirurgias. Com o Mutirão das Cirurgias, o Governo de São Paulo vem realizando procedimentos represados durante a pandemia com o financiamento de duas tabelas SUS para toda a rede pública e privada de saúde.

São Paulo também criou o maior programa de auxílio financeiro para santas casas e hospitais filantrópicos de sua história, o Mais Santas Casas. Com investimento recorde, a iniciativa permitiu que 333 hospitais pudessem ser beneficiados, contra 130 nos anos anteriores.

A carreira dos profissionais de Saúde foi valorizada, com o maior aumento salarial dos últimos anos, incrementado em até 20%.

A saúde animal também teve investimentos com o programa Meu Pet, que está implantando 10 clínicas veterinárias para a saúde integral de cães e gatos, além de consultórios containers que ofertam atendimentos, consultas e exames. Um programa pioneiro que oferece estrutura completa aos municípios, impactando também na saúde da população.

E ainda há muito mais a se fazer. Abaixo, as **principais propostas** para os próximos quatro anos:

- Redução da Mortalidade Infantil: Ações de apoio aos municípios para a consolidação do índice de mortalidade infantil em um dígito no Estado de São Paulo; intensificar a vinculação da gestante e da criança junto à atenção básica.
- Redução da Mortalidade Materna: Iniciativas de fomento de ações para a redução da mortalidade materna no SUS de São Paulo, com foco na ampliação de pré-natal, garantia de um parto humanizado, seguro e adequado e a continuidade da assistência e cuidado da mãe e do recém-nascido no pós-parto.
- Mais Vacina: Ações para a ampliação dos índices de cobertura vacinal no Estado de São Paulo, essencialmente das crianças e jovens.
- Novos Hospitais: Implantação de três hospitais regionais de média e alta complexidade com as obras já em estágio inicial e construção de novos hospitais seguindo as demandas regionais.

- Modernização e ampliação dos Hospitais: Modernização e ampliação do atendimento dos hospitais da administração direta estadual, a começar pelos de Assis, Mirandópolis, Presidente Prudente e Promissão
- Mais Santas Casas: Auxiliar as Santas Casas e hospitais filantrópicos para que todas as unidades possuam condições técnicas de participação no programa Mais Santas Casas, permitindo que 100% delas tenham possibilidade de receber os recursos do programa do Governo de SP.
- **Reforma e Modernização:** Reforma e modernização de 50 hospitais municipais no Estado, permitindo ambientes mais humanizados, estruturados, com maior acolhimento e acessibilidade para o atendimento aos pacientes. Serão reformadas unidades de pequeno e médio porte de abrangência microrregional e com impacto em cerca de quatro mil leitos em todo o Estado.
 - Novos AMEs: Implantação de novos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs).
- TeleAME: Implantação do TeleAME que irá ofertar telemedicina em especialidades para pacientes da rede básica de saúde dos municípios, evitando deslocamentos das pessoas e agilizando o diagnóstico e tratamento. O paciente realizará o atendimento acompanhado do profissional de saúde do município. O TeleAME também ofertará atendimentos diretamente aos pacientes, como consultas de retorno, avaliações e assistência em especialidades médicas.
- Rede AME Oncológico: Implantação nos AMEs Oncologia, das linhas de cuidado para diagnóstico e tratamento de câncer de próstata, mama e colorretal; implantação de tratamento em quimioterapia nos AMEs, permitindo o tratamento oncológico mais próximo do paciente, evitando viagens e deslocamentos.
- Rede AME Hemodiálise: Implantar em todo o Estado, serviço de hemodiálise nos AMEs, de modo a proporcionar maior conforto e menor deslocamento dos pacientes em tratamentos crônicos.
- Centro de Acolhimento e Convivência: Montar, em prédios anexos aos principais centros de tratamento do Estado (hospitais de média e alta complexidade e AMEs), centros de convivência equipados com salas de descanso, cozinha, televisão e internet, para uso de pacientes e familiares durante o período de tratamento.
- Acompanhamento Digital: Os pacientes serão acompanhados online pelos profissionais do AME após uma cirurgia, sessões de quimioterapia e consultas, aproximando o profissional de saúde das pessoas, agilizando e evitando complicações no tratamento.
- AME meia-noite: Destacar AMEs que permanecerão abertos até a meia-noite para a realização de exames e diagnósticos, como ressonâncias magnéticas e tomografias, por exemplo. As unidades de grandes cidades ofertarão o apoio diagnóstico para pacientes internados nos hospitais da região, agilizando o diagnóstico e o tratamento.
- **Rede AME Cirurgia:** Realização de cirurgias eletivas aos sábados em todos os 46 AMEs que possuem Hospital Dia.
 - Papanicolau: Realização de exames de Papanicolau nas carretas do programa Mulheres de Peito.
- APP do paciente: Implantação do app História Clínica Digital por meio de um aplicativo, o paciente terá acesso ao seu histórico na saúde, como exames, consultas, medicamentos, além de uma carteira digital de vacinação. O app também auxiliará o cidadão com o monitoramento e alertas com horários de consultas e medicamentos, acompanhamento de resultados de exames, além de informações importantes como medidas de prevenção, campanhas etc.

- Medicamento em casa: Todos os pacientes que hoje retiram medicamentos em farmácias de alto custo receberão seus medicamentos em casa; ampliação da entrega de medicamentos para todas as regiões, hoje dispensada a 123 mil pacientes da cidade de São Paulo; zero filas nas farmácias, maior conforto e satisfação ao usuário do SUS; desburocratização na solicitação de medicamentos: todo o processo de solicitação de medicamentos de alto custo e suas respectivas renovações, que hoje ocorre presencialmente nas farmácias de alto custo, serão realizadas digitalmente. O cidadão poderá fazer tudo da sua casa, em seu aparelho celular.
- Rede Estadual de Doenças Raras: Implantação da Rede Estadual de Doenças Raras: ampliação da triagem neonatal de 6 para 50 doenças; implantação de ações de capacitação dos serviços e profissionais de saúde; ampliação e regionalização da atual oferta de diagnóstico e tratamento voltado para doenças raras e criação um grupo de regulação de ofertas e serviços de saúde na Central de Regulação Estadual, ampliando a capilaridade e acesso aos serviços de todas as regiões do Estado.
- Centro da Pessoa com Autismo: Fortalecimento da linha de cuidado para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), possibilitando a ampliação do diagnóstico e o acompanhamento do paciente; apoio técnico e qualificado para as redes de cuidados regionais e municipais; ações multissetoriais, integradas com as Secretarias de Estado da Educação, Direitos da Pessoa com Deficiência, Desenvolvimento Social, Justiça e Cidadania e outras pastas.
- Rede de Apoio de Atenção Psicossocial: Criação de um programa estadual de apoio para a rede de atenção psicossocial dos municípios para a ampliação e qualificação de assistência à saúde mental.



O Estado de São Paulo implementou nas últimas duas décadas uma forte política de segurança pública aliada à gestão, investimento e tecnologia para enfrentamento da violência e da criminalidade. Os dados históricos desse período já foram exaustivamente examinados, estudados e debatidos. Os índices registraram reduções sistemáticas de violência e delitos. São Paulo apresenta a menor taxa de homicídios do País – 6 por 100 mil habitantes (no Brasil a média é de 20 por 100 mil); e nos últimos três anos liderou a redução de morte violenta (12,5% contra 6,5% no Brasil). Das 30 cidades com as maiores taxas médias de Mortes Violentas Intencionais do Brasil, entre 2019 e 2021, não consta nenhuma cidade do Estado de São Paulo.

Nos últimos três anos, por exemplo, destacam-se o aprimoramento no combate ao crime organizado, com prisão e isolamento de lideranças criminosas; a criação de 10 novos BAEPs – Batalhões de Ações Especiais da Polícia Militar (Padrão Rota); a criação de 12 DEICs (Divisões Estaduais de Investigação Criminal) Regionais no Interior do Estado (antes só existia o Departamento na Capital) e que trabalham em sinergia com os BAEPs, a ampliação das DDMs – Delegacia da Mulher – e criação de 10 DDMs 24 horas. Destacam-se ainda as operações especiais, como exemplos: Caronte – combate ao tráfico na região central da Capital; Mobile – combate às associações criminosas de roubo e furto de celular em conjunto com a operação PIX – combate ao crime de transferências bancárias e a Operação Sufoco – 1.500 viaturas a mais nas ruas, por dia, seis helicópteros e drones nas marginais e corredores viários, com acréscimo de 1.240 policiais através da Operação Delegada com a Prefeitura da Capital e 3.500 policiais pelo Governo do Estado.

O Estado promoveu forte investimento em tecnologia e inovação, com a aquisição de 105 drones de alta capacidade para o programa Olho de Águia; os aplicativos 190 e 193 para acionamento da PM e dos Bombeiros pelo celular, além do SOS Mulher – aplicativo de acionamento da PM por mulheres vítimas de violência com medida protetiva decretada. Nesse sentido, foi criada também a Patrulha Maria da Penha e Programa Lar Mais Seguro – ações de prevenção primária e de polícia ostensiva voltadas à sistemática de defesa contra a violência doméstica.

O Estado também comprou armas de primeira linha: Glock – mais de 103 mil pistolas adquiridas, dentre outros armamentos; 7.500 armas de incapacitação neuromuscular (Taser); implementação de 8.151 body-worn câmeras – Bodycam – para proteção do policial em ações e fortalecimento de prova judicial.

Para os servidores e a valorização das polícias: reajuste de 26% nos vencimentos e o Programa de Bonificação por Resultado (PBR).

Na área da Administração Penitenciária, o Estado de São Paulo também possui o maior sistema do país, com 179 unidades prisionais distribuídas em 103 municípios. Nessa estrutura, estão custodiadas quase 200 mil pessoas privadas de liberdade, cumprindo penas impostas pelo Poder Judiciário ou aguardando sentenças. Isso representa um terço de toda população carcerária brasileira.

A Secretaria de Administração Penitenciária exerce suas funções com base nas seguintes Diretrizes: Gestão segura da custódia da população prisional, respeitando os direitos e a dignidade da pessoa humana; Garantir a prestação das assistências previstas na Lei de Execução Penal de maneira indistinta, integral e com transparência; Ampliar as ações voltadas à oferta de trabalho, educação e acesso à justiça às pessoas privadas de liberdade; Buscar a valorização profissional dos servidores, bem como a melhoria do suporte à saúde, qualidade de vida e de segurança; Buscar a integração com os demais órgãos governamentais afins e interação com entidades da sociedade civil.

Por sua vez, a missão da Defesa Civil do Estado é promover, coordenar e supervisionar as ações de pre-

venção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, dando suporte aos municípios e à sua população na assistência e atendimento às necessidades decorrentes de situações de emergência ou de estados de calamidade pública. Nos últimos três anos foram atendidos mais de 108 municípios com obras de defesa civil; outros 120 municípios atendidos por eventos extremos, além de mais de 287 cidades atendidas por convênio para aparelhamento da Defesa Civil Municipal.

Entretanto, ainda há muito o que fazer!

- **Indicadores:** Manter a redução dos índices criminais, preservando em patamares considerados baixos em redução superior ao que prevê o Plano Nacional de Segurança Pública como já ocorre hoje.
 - Apreensão de Armas: Incrementar ações de apreensão de armas ilegais;
- Mudança do ECA: Liderar esforços para alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar o período de internação para atos infracionais violentos dos atuais de até três para até oito anos.
- Peso de São Paulo no Congresso: Liderar a bancada paulista para, no Congresso Nacional, alterar a legislação federal e endurecer o combate ao crime organizado e a prática de crimes hediondos; rever benefícios como as "saidinhas" (já em debate no Congresso).
- Alteração da LEP: Liderar esforços para alterar a Lei de Execução Penal para aumentar o tempo de permanência de 40% para 60% o percentual aplicado para progressão de regime nos casos de crimes hediondos sem morte quando o autor seja reincidente por crime comum.
- Endurecimento ao Tráfico de Drogas: Incentivar, discutir e participar com o Ministério Público e Poder Judiciário para estabelecer critérios objetivos para enquadramento de traficantes de entorpecentes, priorizando a prisão de lideranças e tratamento para usuários.
- Fortalecimento do Policiamento nas Divisas do Estado: Aprimorar, ampliar e incrementar a Operação Divisa Integrada combate qualificado ao tráfico, contrabando e descaminho, prisão de procurados, apreensão de drogas entre o Estado de São Paulo com Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, envolvendo Polícia Militar, Polícia Civil e Técnico-Científica dos Estados, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal entre outros órgãos.
- Novo Departamento de Proteção à Mulher: Criar o Departamento de Proteção à Mulher, Criança e Grupos Vulneráveis com atribuição de planejar e coordenar a atuação de todas as Delegacias de Defesa da Mulher instaladas no Estado de São Paulo, bem como as Delegacias destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes vítimas e grupos vulneráveis.
- Orientação Jurídica nas DDMs: Prestar atendimento e orientação jurídica através da Defensoria Pública para vítimas que registram ocorrência nas DDMs Delegacias de Defesa da Mulher.
- **Polícia no Campo:** Aumentar a efetividade do patrulhamento militar nas áreas rurais e rodoviárias, atribuindo à PM a incumbência de registrar Termo Circunstanciado, utilizando o sistema BO Único.
- Completamento do Efetivo: Incrementar o processo de recomposição dos efetivos das Polícias e reorganizar a matriz organizacional para distribuição das unidades policiais.
- Valorização dos Policiais: Dar seguimento à valorização dos policiais, aprimorando o cálculo da bonificação por resultado, implementado melhorias nas condições de aperfeiçoamento profissional, educação e saúde.

- Atividade Delegada: Aumentar as ações da Atividade Delegada com consórcios de municípios e DEJEM com Secretarias de Estados.
- **Atualização das Frotas:** Atualizar a frota das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, substituindo, quando possível, os atuais veículos por híbridos leves, plug-in, ou 100% elétricos.
- Novas Vagas: Acrescentar o número de vagas ao sistema penitenciário com a inauguração de novas unidades prisionais.
- **Reintegração Social:** Ampliar Unidades de Reintegração Social, contemplando os programas das Centrais de Penas e Medidas Alternativas e das Centrais de Atenção ao Egresso e à Família.
- Sistema de Autogestão: Ampliar para 100% nas unidades prisionais a autogestão no preparo da alimentação da população carcerária com a construção de cinco cozinhas industriais. A iniciativa promoverá, ainda, a laborterapia das pessoas privadas de liberdade bem como a possibilidade de remição da pena. Assim, vamos dobrar o número de presos que trabalham durante o período de reclusão.
- **Telemedicina:** Expandir o Sistema de Telemedicina para todas as unidades prisionais, como forma de ampliar a oferta dos serviços de atenção à saúde do preso; precaução aos problemas de saúde pública; redução de gastos e prevenção na segurança do transporte de custodiados.
- Sistema de Defesa Civil: Fortalecer o Sistema de Proteção de Defesa Civil com iniciativas de estímulo à prevenção para evitar, ou minimizar, a ocorrência de desastres, buscando a melhoria tecnológica para prevenção e emissão de alertas e desenvolvimento de ferramentas de controle e gerenciamento de dados; reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres através de obras e o fortalecimento e aparelhamento das defesas civis dos municípios para atuação local.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ao longo dos últimos quatro anos (2019-2022), o Governo de São Paulo realizou avanços históricos na proteção social dos mais vulneráveis e no acesso aos direitos sociais, apesar das dificuldades sociais e econômicas provocadas pela pandemia da Covid-19.

Beneficiando mais de cinco milhões de pessoas, o Bolsa do Povo se tornou o maior programa social implementado por um estado da Federação Brasileira: em 2021 foram realizados mais de 650 mil pagamentos de benefícios em um valor de mais de R\$ 214 milhões. Em 2022 este número foi ainda maior, quase R\$ 400 milhões, chegando perto de atingir 700 mil beneficiários. Referência nacional, o Vale Gás chega a 427 mil famílias paulistas e pelo Bolsa Trabalho, 180 mil pessoas recebem renda e qualificação. Já o Bolsa do Povo Educação atende 300 mil alunos e 20 mil pais e responsáveis.

Outros programas de impacto positivo são o Alimento Solidário, com mais de 4,6 milhões de cestas doadas a famílias vulneráveis em todo o Estado; o Vacina Contra a Fome, que arrecadou mais de 36 mil toneladas de alimentos; a maior expansão da história da rede Bom Prato com 19 novos restaurantes até fim de 2022 e o oferecimento de refeições grátis a 25 mil pessoas em situação de rua.

Com o foco nas populações mais vulneráveis, assumem-se novos desafios e novas metas, de modo a garantir a inclusão produtiva, a superação da pobreza e a prioridade à primeira infância. As políticas se organizam sob a perspectiva de tornar visíveis os invisíveis, atendendo primeiro os mais vulneráveis, identificados a partir do Cadastro Único.

- Combate à Pobreza: Criação de agentes de desenvolvimento da família, que irão construir um plano de desenvolvimento a partir do diagnóstico do motivo da pobreza de cada uma das famílias atendidas. Serão profissionais capazes de orientar o desenvolvimento da família para que ela tenha condições de gerar renda e promover sua autonomia; priorização de acesso dessas famílias em atendimento na ampla disponibilidade de serviços públicos e oportunidades para inclusão produtiva já existentes; assegurar o alívio da pobreza enquanto a autonomia não é gerada, via transferência de renda pelo Bolsa do Povo.
- Bolsa do Povo: Tornar o Bolsa do Povo um instrumento ainda mais forte de garantia de direitos dos mais vulneráveis, atendendo a todos que precisam e prioritariamente as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Cadastro Único; ampliar o número de beneficiários a partir da consolidação da eficiência de atividades integradas na gestão, no investimento de gastos públicos e de sistematização dos dados.
- Segurança Alimentar: Inaugurar novas unidades do Bom Prato, fixas e móveis e inovar com o novo projeto estadual Cozinha Bom Prato nos municípios. A proposta é criar cozinhas comunitárias a partir da utilização das cozinhas pilotos experimentais já instaladas em diversos municípios paulistas pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Elas têm a vantagem de oferecer alimentação na própria comunidade onde vivem famílias vulneráveis. Cada equipamento receberá suporte operacional e técnico da equipe do Bom Prato para oferecer refeições nutritivas e balanceadas, seguindo o que determina a comunidade científica para o pleno desenvolvimento saudável.
- População em Situação de Rua e Reinserção Social: Aumentar o montante de cofinanciamento aos municípios para a assistência social em 50%; realizar a abertura de novas unidades de Casas terapêuticas; formar e organizar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua com outras secretarias de Estado, sociedade civil e academia.

- Primeira Infância: Ampliar o diálogo e articulação com as diversas áreas para aproveitar as sinergias existentes entre os diferentes níveis de governo e as diversas ações setoriais, com a melhoria na qualidade e expansão na oferta de serviços às gestantes e crianças; estabelecer metas comuns entre os municípios paulistas para que se possa assegurar os direitos das crianças na primeira infância, bem como efetivar uma política estadual para este público; fortalecer o suporte técnico do Estado aos municípios, produzindo conteúdo e material de apoio para desenvolverem suas políticas municipais de primeira infância; criar sistema de incentivos para municípios e/ou territórios que mais avançarem em relação aos indicadores de primeira infância; priorizar, dentro do programa Bolsa do Povo, a concessão de benefícios às famílias que tenham gestantes e crianças em sua composição; aprimorar a gestão do Fundo Estadual da Criança e Adolescente para fins de fortalecimento da parceria com a sociedade civil e a avaliação de impacto do investimento para a primeira infância.
- Mundo da Criança: Inspirado no modelo criado em Jundiaí, expandir para todas as regiões do Estado a Cidade da Criança, espaço multidisciplinar que inspira o desenvolvimento e o protagonismo de crianças e jovens.

HABITAÇÃO

A habitação e o acesso à moradia digna são um dos maiores desafios do Brasil e de São Paulo no século XXI. Nossa sociedade passou por um rápido processo de urbanização e transição demográfica. Neste contexto, nossas cidades tiveram dificuldades em acompanhar este movimento e incluir todas as pessoas. Nos últimos anos, o Estado de São Paulo apresentou avanços ampliando sua oferta de programas em diferentes áreas.

O Programa Cidade Legal, que presta auxílio aos municípios no processo de regularização fundiária, permitiu a viabilização de 70 mil unidades nos últimos quatro anos. Assim como o Programa Viver Melhor, que proporciona a adequação e reforma de moradias em assentamentos de baixa renda: atenderá 20 mil residências até o fim do ano. Estes programas, somados à produção da CDHU e outras iniciativas de fomento como o Programa Nossa Casa, permitirão que o Governo do Estado de São Paulo viabilize mais de 210 mil unidades até o fim da gestão.

No entanto, precisamos avançar mais. Nos próximos anos, São Paulo vai se dedicar ao desenvolvimento de políticas que melhorem a qualidade de vida nas cidades, trazendo conceitos de urbanidade mais modernos, integrados e sustentáveis.

- Transformação da Secretaria da Habitação em Secretaria de Urbanismo e Habitação: A política habitacional do Estado de São Paulo precisa integrar conceitos urbanísticos que melhorem a vida das cidades paulistas. A transformação em Secretaria de Urbanismo e Habitação tem como objetivo melhorar a qualidade da oferta de moradia do Estado e disseminar boas práticas urbanísticas aos municípios, promovendo melhor uso e ocupação do solo.
- **Produção de Moradia em Imóveis Institucionais:** Por meio da liberação de potencial construtivo e partilha do terreno, a produção de moradia privada em imóveis institucionais permite ao Estado realizar parcerias com a iniciativa privada para o financiamento de novos equipamentos públicos. A medida é positiva por ampliar a capacidade de investimentos do Estado e produzir imóveis de uso misto.
- Requalificação em Imóveis Públicos para Moradia: Diversos entes federativos possuem um estoque de imóveis subutilizados ou sem destinação específica. A criação de um programa que realize a requalificação (retrofit) desses imóveis para moradia é uma forma de produzir moradia em regiões centrais de maneira barata e sustentável.
- Balcão Único para Requalificação de Imóveis: Um dos desafios para a requalificação de áreas urbanas degradadas é o licenciamento da requalificação. A criação de um Balcão Único para aprovação otimizaria o processo, facilitando a requalificação de imóveis ociosos, integrando todos os órgãos licenciadores em um único processo.
- Licenciamento 100% Digital e Integrado: O principal passo para desburocratização de licenciamento de projetos habitacionais no Estado é a digitalização completa do processo, desde o recebimento até a sua análise final. Esta medida precisa estar associada à integração com licenciamento municipal, permitindo a análise simultânea entre o Estado de São Paulo e os municípios.
- Programa de Urbanização e Regularização de Áreas Ocupadas: O Estado de São Paulo possui ao menos 2 milhões de metros quadrados em áreas ocupadas. Realizar a regularização fundiária nestes terrenos e promover a urbanização é fundamental para levar dignidade às famílias vulneráveis e para ampliar a oferta de moradia formal do Estado.

- Inovação de Métodos Construtivos e Sustentáveis: Adotar novos métodos construtivos na produção habitacional para assegurar mais produtividade, sustentabilidade, redução na geração de resíduos sólidos, menor impacto ambiental e rapidez na entrega dos empreendimentos. Assim como novas tipologias na produção habitacional.
- Reurbanização das Regiões de Mananciais: A reurbanização de áreas de mananciais é fundamental para a garantia da segurança hídrica do Estado de São Paulo e para a população que vive nessas regiões vulneravelmente.
- Incorporação de Conceitos Urbanísticos na Produção de Novas Unidades: A produção de novas unidades habitacionais precisa incorporar conceitos urbanísticos que melhorem a qualidade da vida urbana. A utilização de uso misto, fachadas ativas e tipologias mais inovadoras permitirão melhorar a qualidade do entorno dos conjuntos habitacionais entregues pelo Estado.
- Moradia Primeiro: Auxiliar os municípios nas políticas de Moradia Primeiro (housing first) para auxiliar no suporte a população em situação de rua.
- Estímulo ao Crédito Associativo: A Secretaria da Habitação apresentou um modelo de crédito associativo com o objetivo de levar crédito à população de mais baixa renda, não contemplada após o fim da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. O modelo se mostrou adequado e deve ser ampliado com recursos do Programa Casa Paulista.
- Expansão do Programa Vida Digna: Lançado em agosto de 2021, o Programa Vida Digna foi concebido para promover o atendimento habitacional de famílias que vivem atualmente em palafitas e áreas inundáveis na orla santista. Nesta primeira fase, o programa está investindo cerca de R\$ 600 milhões no processo de reassentamento de aproximadamente 3,6 mil famílias nas cidades de Praia Grande, Guarujá, Santos, São Vicente e Cubatão.
- Expansão do Programa Viver Melhor: Promove a recuperação interna e externa de moradias em inadequação habitacional em assentamentos precários, localizados em regiões metropolitanas. As obras em desenvolvimento nesta primeira etapa vão reformar 20 mil domicílios com investimentos de R\$ 350 milhões. Atualmente o programa já está implantado na capital paulista (comunidades de Heliópolis e Paraisópolis) e em outros 33 municípios.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

De 2019 a 2022, o Governo de São Paulo implantou importantes programas para a inclusão deste segmento da população, expandindo sua atuação para além da Capital de São Paulo, contemplando com suas entregas mais de 480 municípios paulistas. Conforme levantamento de 2021, estima-se que haja 3,4 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Estado.

Além da expansão da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, foi instituído programa estruturado de incentivo ao emprego e a renda para pessoas com deficiência: "Meu Emprego Inclusivo", em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que viabilizou a implantação de PEIs-Polos de Empregabilidade Inclusiva em 17 regiões do Estado. Neste período, o Programa alcançou a marca de quase 2.200 pessoas qualificadas em cursos técnicos acessíveis, 1.800 pessoas com acesso aos laudos funcionais para o emprego e o encaminhamento de mais de cinco mil trabalhadores com deficiência para vagas nas empresas.

A fim também de incentivar a acessibilidade e a quebra de barreiras arquitetônicas nos municípios, além de garantir o direito às pessoas com deficiência de ocuparem os espaços públicos, foi lançado em setembro de 2021 – em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – o Programa Cidade Acessível, com um investimento histórico em acessibilidade de R\$ 340 milhões. Neste Programa foram mais de 1.100 convênios assinados, com cerca de 450 municípios, para a entrega de 530 vans acessíveis, 270 playgrounds e 180 academias adaptadas, 290 cadeiras de trilha e 270 cadeiras anfíbias também adaptadas e 158 municípios receberam recursos para a adequação de 1 km linear de calçada acessível. Com este Programa também foram criados 251 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência – um incremento de 63% no número de Conselhos existentes.

A inclusão da pessoa com deficiência é uma jornada. Muito se avançou, contudo ainda temos um importante caminho a percorrer. Nesta perspectiva, visando garantir que as pessoas com deficiência exerçam os seus direitos conforme previstos na Lei Brasileira da Inclusão (LBI), é fundamental que o Governo implemente programas articulados e intersetoriais, com a participação ativa das pessoas com deficiência, a fim de minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e de mobilidade urbana, ainda enfrentadas por este segmento da população. Para tanto propõe:

- Implantação do Plano Estadual Para Pessoas com Autismo: Neste Plano Estadual Integrado para pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) serão envolvidas diretamente às Secretarias de Direitos da Pessoa com Deficiência, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, cabendo a cada uma delas adotar as ações necessárias visando sua efetiva implementação.
- Lançamento do Programa Escola de Inclusão: Oferta de cursos de qualificação profissional nas áreas de comunicação acessível, desenho universal, acessibilidade e inclusão para os profissionais das diversas Secretarias e Órgãos do Governo de São Paulo. O objetivo é a produção e disseminação de conhecimento que amplie o grau de compreensão dos profissionais da rede pública de atendimento sobre questões relacionadas à deficiência, barreiras arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, bem como, capacitá-los sobre o uso de tecnologias assistivas, suporte e apoios necessários para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência nos serviços públicos.
- Implementação de Central de Interpretação de Libras nos Serviços Públicos do Estado: Oferecer às pessoas surdas a possibilidade de atendimento nos serviços públicos utilizando a Libras Língua Brasileira de Sinais em uma central de atendimento por vídeo chamadas, com profissionais intérpretes de Libras, e efetivar suas ações direcionando os atendimentos conforme a necessidade junto a hospitais, fóruns, escolas públicas, bancos, delegacias, Poupatempo, entre outras atividades.

- Criação do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência: Criação de um Fundo específico para o incentivo de projetos e ações desenvolvidas pelas Entidades do Terceiro Setor por meio da transferência de recursos financeiros (modelo de Edital anual lógica do FID Fundo de Interesses Difusos). Tal Fundo fomentaria a realização de projetos de acessibilidade, inclusão e inovação nos municípios paulistas, especialmente nos menores, além de incentivar a oferta de projetos de atendimento à população com deficiência em locais de vazios assistenciais.
- Implantação de Programa de Distribuição de Tecnologias Assistivas para as Pessoas com Deficiência: Incentivar a implantação de serviços de dispensação, confecção, adaptação e manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) para as pessoas com deficiência auditiva, visual e físicas através de cofinanciamento Estadual junto aos municípios.
- Implantar Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras (Rede DORA SP): Organizar a Rede já existente dos Centros de Referência, Atenção Especializada de Doenças Raras, Rede de Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES), Rede de Laboratórios de Exames Genéticos, Rede de Centros e Serviços de Reabilitação, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de São Paulo.
- Expansão da Triagem Neonatal (Teste do Pezinho): Ofertar aos recém-nascidos no Estado de São Paulo a realização do teste do pezinho ampliado, passando de 6 para 50 doenças.
- Expansão da Rede de Reabilitação Lucy Montoro: Novas unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro no Estado, para que cada Departamento Regional de Saúde tenha ao menos uma referência de reabilitação regional da Rede.
- Oferta de Residência Independente para Pessoas com Deficiência: Construção de casas para moradia gratuita, com área de convivência social e mobiliário com as adaptações necessárias para a autonomia e vida digna das pessoas com deficiência jovens e adultas.

JUSTIÇA & DIREITOS HUMANOS

Nos últimos 3 anos, houve ampliação de ações para punir crimes contra as mulheres, com a implementação de 43 unidades regionais da Casa da Mulher. O espaço é referência para enfrentamento à violência doméstica e familiar e promoção da autonomia econômica feminina. Nesse tempo, a atual gestão atendeu quatro mil pessoas em capacitações sobre direitos e diversidade sexual e recebeu 251 denúncias de discriminação homofóbica. Promoveu ainda o 1º Fórum SP Afro Brasil, evento realizado no Memorial da América Latina em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra e o Centro de Equidade Racial para o enfrentamento ao racismo e a valorização da história e cultura afro-brasileira.

Para solucionar conflitos rurais decorrentes de especulação com terras e exploração irregular de recursos naturais em atividades agrárias, o governo estadual tratou da questão da regularização fundiária. Em 2022, foram sancionadas as novas normas para transferência da posse de terras do Estado a produtores assentados. O benefício vai atender a mais de 30 mil pessoas, de sete mil famílias, que vivem em 140 assentamentos estaduais. E de 2019 a 2021, o Estado entregou mais de 12 mil títulos de propriedade a pequenos produtores em áreas de assentamentos da Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Com investimentos previstos de R\$ 25 milhões, o Programa Minha Oportunidade vai atender quase 15 mil adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em unidades da Fundação Casa. Com isso, vai capacitar jovens para o mercado de trabalho, promovendo a inclusão social após o cumprimento das medidas.

O compromisso com os direitos humanos e o respeito à dignidade da pessoa humana seguirão como premissas de toda política pública a ser implementada no Estado desde sua formulação e discussão, garantindo a transversalidade destes fundamentos nas diversas ações governamentais, visando garantir o direito à vida, liberdade, igualdade de tratamento e respeito à diversidade.

Nossa proposta se norteia em dois eixos: I) Direitos Humanos e II) Justiça e Cidadania. Neles, as ações contemplam prestação de serviços, pesquisas e atividades de formação e treinamento de pessoal em matéria de defesa da cidadania e respeito aos direitos humanos e o fortalecimento de iniciativas que contribuam para políticas públicas.

I) Eixo Direitos Humanos

- Fortalecimento da Temática de Direitos Humanos: Instituição do calendário de direitos humanos, divulgando as importantes datas para todo o funcionalismo público estadual e municípios paulistas.
- Fomento à Participação Social: Incentivo e orientação aos municípios visando a criação de conselhos municipais de direitos humanos.
- Rede de Serviços: ampliação do Projeto Cidadania Itinerante (serviço móvel de prestação de serviços atinentes à cidadania e direitos humanos) a partir de parcerias intersecretariais e com os municípios paulistas.
- **Cenário Internacional:** Realização de parcerias com entidades internacionais, como ONU e suas diversas agências, inclusive com linhas de financiamento, como o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), para o desenvolvimento de políticas públicas e troca de experiências.
 - Formação: Atualização e ampliação do Orientador de Boas Práticas.

- **Normativas:** Revisão do Plano Estadual de Direitos Humanos e revisão do Programa Estadual de Educação em Direitos Humanos.
 - Base de dados/Informação: Criação do Observatório Estadual de Direitos Humanos.
- Educação em Direitos Humanos: Implantação da Escola de Cidadania aos conselheiros estaduais e funcionários públicos.
- **Respeito à Diversidade Sexual:** Criação de um programa de incentivos para a empregabilidade da população LGBTQIAP+.
- Promoção da Igualdade Religiosa e Étnico-Racial: Implantação e monitoramento do Plano Estadual de Promoção de Igualdade Racial e suporte à implantação e monitoramento da incorporação pelos municípios do Estado de São Paulo.
 - Promoção dos Direitos das Mulheres: Ampliação do Centro de Atendimento à Mulher CAM nos CICs.
- **Normativa:** Implantação do Plano Estadual de Políticas para a Mulher, e suporte à implantação e monitoramento da incorporação pelos municípios do Estado de São Paulo.
- **Informação:** Realização de campanhas educativas permanentes sobre violência contra a mulher por meio de parcerias e com garantia de ampla veiculação nos meios de comunicação.

II) Eixo Justiça e Cidadania

- **Fóruns:** Conferir acessibilidade aos prédios forenses.
- Centro de Integração da Cidadania (CIC): Expansão do Programa, por meio de parcerias com os municípios e organizações da sociedade civil.

ITESP

- Segurança Jurídica no Campo: Aumentar o número de hectares regularizados, bem como o de produtores rurais diretamente beneficiados, especialmente em terras públicas.
- Segurança Jurídica nos Pequenos Municípios do Interior: Regularização fundiária urbana de interesse social em núcleos urbanos irregulares, inclusive em bairros da zona rural, especialmente em municípios com população de até 15 mil habitantes.
- Desenvolvimento de Comunidades Tradicionais: Ampliar o apoio técnico e jurídico às comunidades quilombolas e tradicionais, além da regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas, objetivando o desenvolvimento social e econômico, incluindo atividades agrícolas, agroindustriais e de turismo.

IMESC

• Rede de Serviços: Ampliação da rede de atendimento, por meio da instituição de regionais. As maiores demandas judiciais (cíveis, criminais) do Instituto estão concentradas nas Regiões Administrativas Judiciárias de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Santos. Desta forma, a implementação de escritórios regionais nessas regiões conferirá maior celeridade nos atendimentos ao cidadão.

CULTURA & ECONOMIA CRIATIVA

As atividades culturais e criativas representam uma parcela significativa da economia e da vida social de São Paulo: geram 3,9% do PIB estadual (ou cerca de R\$ 80 bilhões por ano), 1,5 milhão de empregos diretos e estão presentes de modo intenso e diversificado nos 645 municípios do Estado. Há nesta área um vasto potencial de crescimento e uma imensa capacidade de geração de renda, emprego e inclusão.

Além do impacto econômico positivo, há também o social. A fruição de bens, serviços e experiências culturais e criativas fortalece a identidade e o senso de pertencimento e expande o repertório e a sensibilidade dos cidadãos. Há efeitos diretos sobre a saúde, a educação, a segurança pública, o turismo e a qualidade de vida. Este sentido transversal da cultura e da economia criativa potencializam ainda mais o investimento público no setor.

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa deve ampliar gradualmente seu trabalho presencial e virtual e se organizar em quatro eixos centrais: 1. Fomento direto, investimento e crédito; 2. Gestão e integração das instituições culturais públicas; 3. Acesso à cultura, inclusão, difusão e eventos referenciais e 4. Preservação e valorização do patrimônio material e imaterial.

No período 2023/2026, a gestão Rodrigo Garcia realizará, entre outras, as seguintes medidas objetivas, que são descritas abaixo com suas respectivas metas quantitativas:

- Fomento e Produção: Fortalecer a produção cultural e criativa de São Paulo por meio da expansão e da descentralização dos programas de fomento a projetos da sociedade civil e de prefeituras, realizados com recursos do Governo do Estado de São Paulo (ProAC Editais, ProAC ICMS, Juntos Pela Cultura, Difusão Cultural e Cultura Viva SP), mantendo a equidade entre o ProAC ICMS e o ProAC Editais, aperfeiçoando o sistema de gestão, realizando estudos de impacto anuais, capacitando proponentes e agilizando o desembolso e a análise de contas.
- Ampliação do Acesso: Ampliar o grau de acesso da população de todas as regiões à oferta cultural gerada pelos programas de fomento, pelas ações de difusão e pela programação presencial e virtual das instituições culturais do Governo do Estado, por meio do aumento e da descentralização das atividades, do fortalecimento da plataforma #CulturaEmCasa, da expansão e da divulgação da Agenda Cultural Paulista, da criação do Passaporte Virtual dos Museus e da realização de campanhas contínuas de comunicação via TV Cultura e outros meios. Fazer com que 100% dos espaços, atividades e serviços da Secretaria sejam 100% acessíveis para pessoas com deficiência até 2026.
- Formação e Inclusão: Continuar o processo de expansão regional das Fábricas de Cultura 4.0 de modo a ampliar a oferta de cursos de formação profissional em atividades culturais e criativas, de estúdios profissionais para produção cultural e de atividades de fruição artística para jovens em situação de vulnerabilidade social, além de intensificar o intercâmbio entre as unidades existentes.
- Educação: Aprofundar a conexão da política pública de cultura e economia criativa com a de educação por meio de duas ações centrais: expansão do trabalho de iniciação e formação realizado pelo Projeto Guri (música), pelo Conservatório de Tatuí (música), pela Escola de Música Tom Jobim, pelas Fábricas de Cultura 4.0 (diversas áreas), pelo Mundo do Circo, pela SP Escola de Dança e pela SP Escola de Teatro para atender os alunos das escolas de tempo integral e levar 100% dos alunos matriculados em escolas estaduais a um museu, um cinema e um teatro por ano.
- Livro e Leitura: Ampliar o acesso a livros e estimular o hábito de leitura através da expansão contínua da BiblioON, a biblioteca digital gratuita de São Paulo, com o aumento do número de títulos dispo-

níveis (de 15 mil para 30 mil até 2026) e do número de empréstimos possíveis por ano (de 250 mil para 2,5 milhões até 2026); a realização de campanhas permanentes de divulgação; o crescimento da rede de bibliotecas físicas e pontos de leitura parceiros, incluindo escolas públicas (de 400 para 2.000 até 2026) e o apoio financeiro a eventos literários, bibliotecas públicas e projetos de livro e leitura.

- Cultura Popular e Tradicional: Promover o artesanato, a gastronomia e as demais expressões artísticas, culturais e criativas tradicionais de todas as regiões de São Paulo incluindo cultura popular, caipira, indígena, hip hop, cigana, caiçara e quilombola por meio da transformação do Revelando SP em uma plataforma presencial e virtual contínua de promoção, capacitação, engajamento, mapeamento de ativos e estímulo à geração de renda, emprego e inclusão, com a realização de 11 edições regionais (além da que ocorre na Capital) e a ampliação da Capacitação Revelando SP.
- Inclusão Digital: Expandir o acesso da população aos serviços e conteúdos virtuais ofertados por meio dos programas e ações da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e de outras áreas do Governo do Estado através da implantação, até 2026, de 350 Áreas de Livre Acesso (ALAs), espaços urbanos públicos de até 5 km² com conexão gratuita de até 1 Gbps, além de unidades móveis e equipes para treinamento e inclusão digital, facilitação de acesso a serviços e conteúdos oferecidos e disponibilização de energia sustentável para carregamento de baterias.
- Economia Criativa: Realizar e atualizar em caráter contínuo o Atlas da Economia Criativa de São Paulo, plataforma online que apresenta um levantamento amplo de ativos, potencialidades, empresas, instituições, profissionais, serviços, produtos, equipamentos, estudos, pesquisas e dados do setor no Estado, incluindo indicadores de crescimento, emprego, impacto econômico e outros, além da Rede de Cidades Criativas e dos Roteiros Criativos de São Paulo e ampliar o programa Creative SP, feito em parceria com a InvestSP e voltado à internacionalização da economia criativa paulista.
- Museus e Patrimônio: Fortalecer as instituições criadas ou expandidas na gestão 2019/2022 (como o Museu das Culturas Indígenas, o MIS Experience, a Pina Contemporânea, o Museu Casa Mário de Andrade, o Museu da Língua Portuguesa, o Museu do Ipiranga e o Museu da Diversidade Sexual); dinamizar o Sistema Estadual de Museus (Sisem), o Conselho de Patrimônio (Condephaat) e a Unidade de Patrimônio (UPPH), a Nova Casa Modernista e as versões dos museus estaduais no Metaverso.

ESPORTES

O esporte tem papel fundamental para uma formação completa do jovem. Além de melhorar a saúde e a qualidade de vida, conta também com um impacto transversal: a prática esportiva reduz a evasão escolar, o uso de drogas e a violência urbana.

Nas últimas décadas, o sedentarismo tem se tornado um problema cada vez mais relevante na sociedade e fator de risco para muitas doenças. Assim, é necessário o incentivo para que as pessoas tenham uma vida fisicamente ativa. A Pasta, focada em criar infraestrutura, além de manter e renovar as já existentes, passou a ter um escopo maior com a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte e a implementação da Bolsa Talento Esportivo em 2010 – essa primeira atingiu valor de R\$ 60 milhões em renúncia fiscal 12 anos após sua implementação.

Com o advento da pandemia do Coronavírus, os problemas que a falta de atividade física trouxeram para a vida foram colocados em evidência. Junto com essa maior conscientização, o Governo de São Paulo escutou a população e passou a destinar maiores recursos para a área, um aumento de quase R\$ 300 milhões entre 2019 e 2022 para a manutenção e extensão de programas já existentes, e também para a criação de novos projetos para a Secretaria.

Esse maior investimento se traduziu em melhorias para a população: até o final de 2022 entregará quase 300 novas Arenas Esportivas multiuso, somando R\$ 100 milhões de investimento. Em parceria com os municípios, o Governo promoveu a ampliação do Programa 100% +Esporte, disponibilizando equipamentos de fomento à prática esportiva, totalizando quase R\$300 milhões de investimento na área.

Para os próximos 4 anos, propomos os seguintes programas:

- Esporte 24h: Inspirado em programas de outras cidades do mundo, serão construídas praças esportivas, quadras e pistas de skate e áreas de lazer em geral, em localizações estratégicas, iluminadas, com instrutores e segurança.
- **Programa 100% + Esporte:** Consiste na construção de Arenas Esportivas Multiuso (Areninhas), revitalização de piso de ginásios esportivos, aplicação de gramado sintético em campos de futebol e construção de pistas de skate.
- Áreas de Prática Esportiva: Recuperar e manter em condições de uso e segurança as áreas de práticas de lazer e esportivas estaduais.
- Atenção para os Municípios: Repasse de recursos objetivando construções e/ou reformas de equipamentos esportivos.
- Inclusão: Instalar brinquedos e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência em parques, praças e outros locais públicos destinados à prática do esporte e lazer.
- **Jovens Atletas:** Criar e ampliar programas de incentivo e apoio para que os jovens possam se tornar profissionais e participem de competições oficiais em níveis estaduais, nacionais e internacionais.
 - Parcerias: novos chamamentos visando realizar Termo de Colaboração com o Terceiro Setor.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Estado de São Paulo tem apresentado resultados econômicos significativos nos últimos anos, impulsionando o crescimento do país e melhorando a qualidade de vida dos paulistas. Fruto de diversas iniciativas modernizantes, estes resultados derivam do aperfeiçoamento do ambiente de negócios, capacitação e incentivo à inovação.

Desta maneira, o avanço das políticas de desenvolvimento do Estado passa pelo incremento de iniciativas de maior impacto.

As ações de Desenvolvimento Econômico estão divididas em quatro eixos: Formação Técnica e Profissional; Empregabilidade e Empreendedorismo; Apoio ao Setor Produtivo e Apoio à Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação.

No eixo de Formação Técnica e Profissional houve avanço significativo nas ações do Centro Paula Souza e UNIVESP. O número de FATECs saltou de oito para 75 desde o início do programa e o número de ETECs mais do que dobrou, saindo de 99 para 224 unidades.

A UNIVESP alcançou a marca de 250 mil alunos entre 2019 e 2021, incluindo graduação e pós-graduação. Para o ano de 2022 são 31 mil vagas abertas e 50 mil estudantes na graduação, em 414 polos presentes em 360 municípios.

A área também apresentou mais avanços com a inclusão de novos programas como o Novotec, levando 310 mil vagas de cursos técnicos e de qualificação para dentro do Ensino Médio da rede pública. Assim como o Via Rápida, programa de cursos de qualificação de rápida duração, presenciais e virtuais, e com recebimento de bolsa auxílio que teve 460 mil vagas desde 2019.

Já o tema Empregabilidade e Empreendedorismo se torna a cada dia mais relevante com o avanço de tecnologias – que foi acelerado pela pandemia – e vem provocando mudanças significativas no mercado de trabalho, como a extinção de ocupações e aumento de exigência em qualificação.

Duas das principais políticas se destacam neste eixo: o Bolsa Trabalho, com cursos de qualificação profissional e ocupação em órgãos públicos, que deverá fechar 2022 com 150 mil vagas e o programa Minha Chance, que promove oportunidades de trabalho junto a empresas parceiras associadas para cursos de capacitação e tem a previsão de empregar 30 mil pessoas este ano.

Outra iniciativa fundamental para estímulo ao empreendedorismo é o Microcrédito. Atualmente o Banco do Povo concede crédito a pequenos empreendedores de baixa renda, formais e informais, sendo as linhas condicionadas à participação dos indivíduos em cursos rápidos de qualificação. Entre 2019 e 2022, foram mais de 63 mil operações de crédito realizadas, totalizando mais de R\$ 832 milhões, em 503 municípios paulistas.

Em relação ao Apoio ao Setor Produtivo, foram realizados avanços com políticas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais, com o trabalho da InvestSP no suporte à internacionalização de micro e pequenas empresas e na digitalização da JUCESP, trazendo maior agilidade para se empreender no estado.

O Apoio à Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação conta com uma série de iniciativas em parcerias com órgãos vinculados com o IPT e a FAPESP. Atualmente o Estado conta com 15 incubadoras de base tecnológica credenciadas, 13 Centros de Inovação Tecnológica e 13 Parques Tecnológicos.

Iniciativas com o IdeiaGov, um hub de inovação, visam buscar soluções tecnológicas para empresas e para o Governo do Estado de São Paulo. Foram aceleradas 70 startups com negócios de impacto social e ambiental, e foram prototipadas 70 soluções inovadoras para o Governo do Estado.

O IPT exerceu importante papel na pandemia, direcionando sua atuação à entrega de soluções tecnológicas para o enfrentamento do Covid-19. Nos últimos anos, projetos relevantes também foram estruturados, como o IPT Open Experience, que abriu o campus do Instituto para empresas privadas instalarem seus centros de inovação e implantarem hubs de inovação.

O Apoio ao Setor Produtivo é particularmente importante em um país com o chamado custo-Brasil e com ciclo econômico tão acidentado, que inibe ganhos de produtividade das empresas, um problema que vem sendo agravado com o avanço das novas tecnologias. As principais políticas da SDE são: (i) o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), com fomento a projetos de investimento em geral de até R\$ 490 mil por edital. Atualmente, 84 APLs são reconhecidos no Estado de São Paulo ante 50 em 2018, distribuídos por 562 municípios em 26 segmentos; são 71 mil empresas e quase 760 mil empregos e (ii) Exporta SP, lançado em 2020, com execução pela InvestSP, que tem o objetivo de inserir internacionalmente as micro, pequenas e médias empresas por meio da capacitação setorizada ou tutoria individual, e posterior monitoria por dois anos. O programa já capacitou 499 empresas, sendo 355 certificadas. A turma atual conta com 150 empresas em estágio de mentoria e outras 150 devem iniciar o programa ainda em 2022.

Já a InvestSP, agência de promoção de investimento, teve sua operação consolidada a partir de 2014, quando o então Secretário de Desenvolvimento Econômico, Rodrigo Garcia, assinou o primeiro Contrato de Gestão. Desde então, foram mais de 1.200 empresas apoiadas e 314 projetos concretizados, gerando mais de R\$ 107 bilhões de investimentos no Estado e a geração de mais de 211 mil empregos diretos. Nos últimos anos, a Agência se internacionalizou, tendo presença em todos os continentes com escritórios de representação na China, Emirados Árabes Unidos, Europa e Estados Unidos.

A Jucesp, Junta Comercial de São Paulo, avançou bastante desde 2019. Destaque para a implantação do projeto 24 horas, que proporcionou a abertura de empresas em apenas um dia; ao envio de notificação via mensagem no celular (SMS) para que os usuários possam acompanhar os processos; à implantação do balcão único integrado a órgão públicos nas três esferas. Sua meta é concluir o processo de transformação digital para o registro empresarial 100% digital e simplificado e a integração dos serviços com o Poupatempo.

Ampliar este trabalho é essencial e dividimos nas seguintes **propostas**:

Formação Técnica e Profissional

- Formação Técnica e Profissional: Em parceria com a rede estadual, ampliaremos a oferta de vagas dessas modalidades de formação no Ensino Médio Integrado, ofertando oportunidades de dupla titulação a todos os estudantes que desejarem cursar o Ensino Integrado. Vamos ainda expandir as vagas presenciais nas Fatecs e, na modalidade a distância, dobrar a oferta.
- Novas Demandas: Para atender a recente elevada demanda e se aproximar cada vez mais da realidade do mercado, em qualidade e quantidade, vamos formar mais profissionais da área de Tecnologia da Informação. Para isso, vamos fazer um novo Plano de Carreira para os professores do Centro Paula Souza e parceria com as universidades estaduais para formação continuada dos docentes e programas de estágio nas escolas públicas.

Empregabilidade e Empreendedorismo

- Minha Chance Trainee: O Governo tem como meta criar o programa para capacitação e treinamento dentro das próprias empresas, com recebimento da Bolsa-Formação.
- Bolsa Empreendedor: Vamos aperfeiçoar o programa por meio de contratos de impacto social. Aumentar o treinamento e capacitar os agentes de crédito para compreenderem as necessidades dos indivíduos, com atenção especial às mulheres. Vamos também ampliar o período de qualificação dos empreendedores, aumentando a chance de sucesso, acompanhado de ajustes que premiam bons pagadores com queda de taxas e aumento dos montantes.

Apoio ao Setor Produtivo

- Fomento aos Arranjos Produtivos Locais: Continuar apoiando os APLs do Estado, com qualificação para o empreendedorismo, crédito desburocratizado e promoção de rodas de negócio em parceria com as entidades do serviço social autônomo.
- Internacionalização Produtiva: Com o apoio da InvestSP, promover a internacionalização das empresas apoiadas nos APLs.
- JUCESP 100% Digital: Consolidar a transformação da Junta Comercial paulista, oferecendo todos os seus serviços de forma digital e integrada.

Apoio à Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação

- Ecossistema Inovador: A proposta para ação do Estado nos próximos anos será transformadora. Décadas de investimento em pesquisa, ciência e tecnologia marcam a história de São Paulo, com muitos casos de sucesso e áreas de excelência. Agora é momento de aumentar a eficiência e as sinergias no ecossistema para incrementar a escala de inovação em benefício da sociedade, sendo crucial atrair o financiamento de organismos internacionais e do capital privado. Para tanto, está prevista a ação em três eixos:
- Estrutural, com a modernização de marcos legais, o reforço da governança e o desenho de uma agência com competência para certificar, validar e acompanhar a evolução de projetos papel que poderá ser assumido pela FAPESP (mediante anuência de seu Conselho Superior), com parcerias diversas.
- Políticas públicas adequadas, para ampliar a oferta de mão de obra técnica especializada, criar canais para aumentar a difusão da inovação tecnológica e beneficiar empresas de pequeno e médio porte, e o incentivo às startups, em várias frentes.
- Modernização do modelo de financiamento, de modo a garantir fontes perenes de recurso e a aumentar a escala de inovação por meio de maior participação do capital privado via fundos de equity e de organismos internacionais, como complementares ao setor público.



Importante fonte de emprego e renda para São Paulo, dados anteriores à pandemia mostram que o PIB do setor de Turismo em 2019 foi de R\$ 220 bilhões e responsável por 650 mil empregos diretos e 1,95 milhão de empregos indiretos.

O Governo do Estado de São Paulo adotou uma série de iniciativas para fomentar o setor nos últimos anos. A criação da marca SP para Todos foi importante para consolidar a imagem do Estado como destino turístico tanto no Brasil, como internacionalmente.

Além disso, políticas voltadas para ampliar a infraestrutura aérea do Estado como a redução do ICMS do setor e a privatização dos aeroportos regionais garantiram um aumento significativo da cobertura aérea no território paulista.

Durante a pandemia, o Turismo ao redor do mundo foi um dos setores mais penalizados. Desta forma, o Governo do Estado de São Paulo coordenou uma série de iniciativas que garantiram mais de R\$ 2 bilhões em crédito ao segmento por meio do Programa Crédito Turístico.

Também foram realizadas ações para profissionalizar o fomento ao setor no Estado, como a criação da Lei dos Distritos Turísticos e o Ranqueamento dos Municípios Turísticos. Trazendo assim critérios técnicos para avaliar políticas do setor e auxiliar os municípios no seu desenvolvimento.

Desta forma, temos uma meta ousada para os próximos anos: atingir um aumento no PIB do setor para R\$ 300 bilhões até 2030 e ampliar a oferta de emprego em 50%. A estratégia para potencializarmos o turismo se divide em três pilares: Promoção, Desenvolvimento de Oportunidades e Infraestrutura Turística.

Promoção

- Consolidação da marca SP para Todos e Ampliação de Marcas Regionais: A criação da marca SP para Todos foi importante para a consolidação da imagem do turismo paulista. Pretendemos consolidá-la junto com a criação de identidades regionais para diferentes regiões turísticas do Estado. Além de ampliar a parceria com empresas do setor como de transportes e hotelaria para aumentar o potencial de alcance da marca.
- Ampliação de investimento e promoção de eventos: A ampliação de investimentos no turismo passa por uma postura ativa do setor em se posicionar nas cadeias produtivas nacionais e internacionais. Desta forma, cabe ao governo do Estado aumentar sua participação em roadshows e feiras internacionais com objetivo de ampliar a realização de feiras, congressos e eventos em São Paulo.

Desenvolvimento de Oportunidades

- Capacitação de Mão de Obra e Políticas de Primeiro Emprego: Ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes para postos de trabalho relacionados ao setor turístico, tendo como foco a qualificação da mão de obra de jovens de 16 a 25 anos em fase de primeiro emprego.
- **Desenvolvimento de Vocações Regionais:** Consolidar os Distritos Turísticos por meio do aumento de políticas territoriais de desenvolvimento e ampliação na captação de investimentos privados para as regiões.
- Aumento do Crédito Turístico Assistido: Capilarizar e aumentar a oferta de crédito ao turismo por meio de parcerias com o setor privado, associado a políticas de profissionalização de micro e pequenos empreendedores em parceria com o sistema S.

Infraestrutura Turística

- Aprimoramento do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos: Aprimorar o FUMTUR ampliando sua atuação e uso dos recursos, permitindo a sua utilização para realização de campanhas de consolidação de marca, Parcerias Público Privadas e manutenção de atrativos turísticos.
- Implementação do Centro de Apoio aos Municípios: Implementar o Centro de Apoio aos Municípios Turísticos para melhores práticas de soluções ao ambiente urbano e acesso a soluções urbanísticas que impulsionam a atividade turística no Estado.
- Ampliação de Rotas Turísticas e Náuticas: Ampliar as rotas cênicas turísticas do Estado, sendo elas cênicas, naturais ou religiosas e complementando sua sinalização com a oferta de serviços e produtos regionais. Assim como ampliação de estruturas náuticas por meio de piers, atracadouros e rampas.
- Melhora da Sinalização Turística: Implementar modelos regionais de sinalização turística, com comunicação padrão e temática e incentivar os municípios a organizarem sua sinalização local.

AGRICULTURA

Responsável por 20% do agronegócio do Brasil, o setor agrícola paulista cresceu 26,6% nos dois últimos anos. E o Governo de São Paulo desempenhou um papel relevante: nos últimos três anos, destinou investimento recorde de R\$ 52 milhões para os institutos de pesquisa ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), com foco na modernização das sedes e laboratórios a fim de aprimorar o atendimento a demandas de inovação e pesquisa do agronegócio brasileiro. O valor é o triplo do maior repasse estadual para pesquisa agropecuária já feito até então. Com o Nova Frota SP, foram destinados mais de R\$1 bilhão para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para os municípios. São vans, caminhões basculantes e pipa, trituradores, motoniveladoras, pás-carregadeiras e retroescavadeiras e kits de patrulha agrícola (trator, distribuidor de adubo, pulverizador e arador) que fazem toda a diferença para a nossa agricultura. Já para os produtores artesanais, o governo regulamentou lei que simplifica o registro de alimentos de origem animal à base de leite, carnes, ovos e mel, beneficiando mais de 15 mil empresários do setor, desburocratizando processos e criando faixas diferenciadas de micro, mini e pequeno produtor artesanal. O Programa Agro SP+Seguro levou mais proteção e segurança no campo aos produtores rurais enviando 250 novas viaturas para patrulhamento da zona rural, caminhonetes modernas com tração 4x4 e motor turbo, dotadas de GPS e rádios-comunicadores instalados nos veículos. E todo o trabalho é coordenado com as prefeituras, em parceria entre guardas municipais e Polícia Militar. Para incentivar o setor e auxiliar agricultores prejudicados pela pandemia e por eventos climáticos como secas e geadas, o Governo do Estado ofereceu R\$ 215 milhões em linhas de crédito e seguro rural por meio de diversos programas de financiamento. O agro paulista demonstrou resiliência durante o enfrentamento e na recuperação da economia antes e depois da emergência sanitária global. E vem muito mais por aí.

Diante do cenário global, é fundamental impulsionar ainda mais o agronegócio do Estado de São Paulo. Mantê-lo como referência nacional e internacional, incrementando suas potencialidades ante os desafios e sendo protagonista no fornecimento de produtos agropecuários, com padrão de qualidade e sustentabilidade de ponta.

Para alcançar os objetivos de inovação e sustentabilidade dos programas do agro paulista alinhado às metas da ONU 2030, o plano está estruturado em três eixos orientadores, a saber: (1) Segurança Alimentar, Geração, Distribuição e Aumento de Renda; (2) Promoção da Transição para Economia Verde e (3) Conectividade no Campo.

- Cooperação e produtividade: Elevar a produção paulista de alimentos via incremento da produtividade do solo, promovendo parcerias entre o setor agro e universidades, institutos e centros de pesquisa. Além disso, incentivar a cooperação entre pequenos e médios produtores por meio de associações rurais, possibilitando acordos comerciais e intercâmbio de informação e experiência.
- Economia Verde: Realizar a transição do agro paulista para modelo de economia verde, com foco em bioenergia. Adequação a um modelo de economia mais verde, com menor emissão de gases de efeito estufa, menor impacto nos ecossistemas e focada em modelos de produção regenerativo, com viés socioambiental. Um dos grandes desafios para o agronegócio mundial é a conformidade a um modelo com menor emissão de gases de efeito estufa, uso racional dos recursos naturais com destaque a água e menor impacto nos ecossistemas. Recuperação de áreas degradadas, desenvolvimento e fomento de modelos de produção regenerativo e com viés socioambiental são focos definidos. Combater emissões de metano na pecuária, promovendo parcerias com institutos de tecnologia para reduzir o período de engorda do gado, reduzir a produção de metano ao longo do processo de fermentação entérica e promover a intensificação das pastagens.
 - Conectividade no Campo: Intensificar a implementação de modelos de conectividade como estra-

tégia central para desenvolvimento e viabilidade dos demais eixos enumerados. Atualmente, São Paulo possui aproximadamente 50% de seu território sem sinal de 4G e 10% com sinal ruim. Novas ações serão adotadas pelo Estado para ampliar a conectividade do produtor paulista.

• Internacionalização dos Produtos Paulistas: Internacionalizar cada vez mais o agro paulista, fazendo uso de escritórios e braços internacionais do governo do Estado, como aqueles dos quais dispõe a Invest SP, para atrair investimentos e promover acordos.

MEIO AMBIENTE

Atuar com políticas públicas capazes de preservar e evitar a degradação do meio ambiente é responsabilidade de todos, sociedade civil, empresas e sobretudo do poder público. Uma vez que questões ambientais impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas e diversos setores econômicos, se faz necessário políticas públicas que sejam integradas.

Entre as diversas metas desta gestão, despoluir totalmente o Rio Pinheiros até o final de 2022 foi uma delas. E o objetivo está sendo alcançado. O Governo do Estado lançou o programa Novo Rio Pinheiros. Maior iniciativa socioambiental da América Latina, já ligou mais de 600 mil imóveis à rede de esgoto e retirou mais de 49 mil toneladas de lixo e 512 mil m³ de sedimentos da calha do rio. Mais de 100% das ações de saneamento foram concluídas em três anos, com R\$ 3,5 bilhões de investimentos, com apoio da iniciativa privada. A mancha de poluição do Rio Tietê também tem apresentado sucessivas quedas, passando de 163 km em 2019 para 150 km em 2020, recuando para 85 km em 2021 – uma queda de 48% em três anos. O trecho sem vida, que chegou a 530 km nos anos 1990, agora está 84% menor, segundo dados da SOS Mata Atlântica.

Inspirado no Acordo de Paris, o Estado também tem assumido obrigações para conter o aquecimento global. O objetivo é incentivar empresas, associações e municípios a assumir compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa para conter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, confirmando o compromisso do Governo do Estado com este esforço internacional. Com o lançamento do Procon-SP Ambiental, São Paulo ampliou a fiscalização sobre operações de compra e venda ilegal da madeira nativa. O Estado também foi o primeiro do Brasil a assumir o compromisso com as campanhas da ONU "Race to Zero" e "Race to Resilience". As ações visam o engajamento de governos, empresas, investidores, acadêmicos e lideranças da sociedade civil para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. E com o Refloresta SP, maior programa da história de São Paulo para recuperação da Mata Atlântica, o governo estadual visa resgatar 1,5 milhão de hectares de vegetação nativa até 2050. Com investimento de R\$ 200 milhões, o Refloresta SP complementa o Programa Agro Legal. Com a regulamentação do novo ICMS Ambiental, SP altera as regras para repasse dos recursos aos municípios, com distribuição por desempenho. A iniciativa vai reconhecer e beneficiar as cidades que se empenham na preservação ambiental.

O Governo de São Paulo está investindo R\$2 bilhões no Programa de Redução de Perdas de Água pela Sabesp e realizando um grande investimento para a construção de estações de tratamento de esgoto e implantação de emissários e estações elevatórias nas cidades litorâneas para tornar as praias ainda mais limpas. Na questão do licenciamento ambiental, o Estado atingiu eficiência inédita e concluiu mais de 167 mil análises de novas licenças entre 2019 e 2021. A cobertura vegetal no Estado de São Paulo cresceu 5%, passando de 17,5% em 2010 a 22,9% em 2020. O relatório da SOS Mata Atlântica, lançado em junho de 2020, já apontava que em 2019 houve desmatamento zero na Mata Atlântica em São Paulo.

Agora é tempo de avançar ainda mais.

- **Gestão Integrada:** Promover a gestão integrada e eficaz das infraestruturas ambientais do Estado de São Paulo recursos hídricos, saneamento e energia sob a ótica da emergência climática e dos processos de adaptação e resiliência que envolvem os municípios e a economia paulista.
- Mais Investimentos: Assegurar investimentos para a melhoria da qualidade de vida da população paulista; garantir segurança hídrica, proteção dos mananciais, uso racional da água e energia, destinação e manejo adequados dos resíduos sólidos, coleta e tratamento dos esgotos, com apoio de modelos de governança que incluem consórcios intermunicipais, comitês de bacia hidrográfica, conselhos gestores e capa-

citação da gestão local.

- Novo Rio Pinheiros e Novo Tietê: Recuperar e manter a qualidade dos principais rios do Estado: Pinheiros e Tietê, com investimentos em soluções de inovação tecnológica, novos modelos de contratação de serviços e obras com vistas à gestão do uso múltiplo das águas e revitalização das margens.
- Novos Instrumentos Ambientais: Abrir caminhos e gerar incentivos para que agentes privados invistam e trabalhem por causas ambientais. Isso pode ser feito ao implementar novos instrumentos de incentivo à gestão ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a regulamentação do mercado de carbono e o impulso à economia circular na gestão de resíduos sólidos reciclagem, logística reversa e consorciamento intermunicipal para estimular o enfrentamento das mudanças climáticas e o incremento da bioeconomia.
- **Preservação das Unidades de Conservação:** Incentivar a preservação das Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas no Estado para proteção da biodiversidade e uso sustentável por meio de parcerias público-privadas, inclusão das comunidades e povos tradicionais e incentivo às atividades de turismo ecológico, visitação de áreas naturais e educação ambiental.
- Capacitar os Municípios: Capacitação dos municípios paulistas para a gestão preventiva de riscos de desastres naturais, planejamento ecológico-econômico local, mobilidade e transportes urbanos, recuperação de assentamentos precários, construção sustentável das cidades, gestão correta de resíduos sólidos, arborização urbana, implementação de cidades inteligentes e do licenciamento ambiental municipal.
- Investir nos Sistemas de Planejamento: Aumentar a eficácia dos sistemas de planejamento, fiscalização e licenciamento ambiental em prol da maior segurança jurídica, agilidade dos procedimentos e consequente atração de investimentos compatíveis com o modelo de desenvolvimento sustentável do Estado.
- Segurança Hídrica e Saneamento: Investir em políticas de integração de sistemas, novas obras e ampliação da coleta e tratamento de esgoto de modo a garantir a segurança hídrica do Estado e a ampliação dos serviços de saneamento.
- **Poupatempo Ambiental:** Concentrar todo o atendimento de meio ambiente em um único local, unificando órgãos que prestam serviços ambientais no mesmo espaço.
 - Lixão Zero: Apoiar os municípios a eliminar os lixões e combater os lixões clandestinos.

MOBILIDADE URBANA & TRANSPORTES

O Governo de São Paulo investiu, entre janeiro de 2019 e junho de 2022, quase R\$ 10 bilhões em expansão, modernização, aquisição de trens, operação e projetos, com o objetivo de melhorar a acessibilidade da população ao transporte público e melhorar o serviço prestado. Até dezembro de 2022 a expectativa é que o investimento chegue a 15 bilhões, considerando o ritmo acelerado das obras.

No decorrer do período acima, foram entregues à população 8,2 km de trilhos de metrô e monotrilho e sete novas estações nas Linhas 4-Amarela, 5-lilás e 15-Prata – esta última ganhou 6,8 km e cinco estações – beneficiando a zona leste da cidade de São Paulo.

Já na CPTM foram entregues duas novas estações na Linha 9-Esmeralda (João Dias e Bruno Covas/ Mendes-Vila Natal), que ganhou mais 3 km e a reconstrução da estação Francisco Morato na Linha 7-Rubi da CPTM. Também foram entregues para a população 15 novos trens da CPTM, sendo seis novos trens para a Linha 7-Rubi e um para a Linha 11-Coral, finalizando as entregas do contrato de 30 trens e a entrega de todos os oito novos trens para a Linha 13-Jade.

A CPTM fez investimentos importantes na modernização de sua infraestrutura, com a reforma de estações e aquisição de sistemas de energia e sinalização, que permitiram significativa redução do tempo de viagem nas linhas 11 e 12. Foram 12 estações entregues reformadas com ênfase na acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas linhas 7-Rubi, 8-Diamante, 10-Turquesa e 11-Coral. Atualmente a CPTM possui 96 estações operacionais, das quais 73 são consideradas acessíveis, ou seja, 76% das existentes. Outras cinco estações estão em obras e outras seis estão em fase de projeto pela CPTM.

O sistema de ônibus intermunicipal das Regiões Metropolitanas recebeu cerca de 1.500 ônibus novos, fabricados com tecnologia que garante eficiência energética e baixa emissão de poluentes. Os veículos possuem ar-condicionado, tomadas USB, Wi-Fi e elevador para pessoas com deficiência.

Em todas as regiões metropolitanas do Estado – São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte – a demanda pelo transporte público é crescente. Para dar conta do enorme desafio, o Governo de São Paulo, de forma inédita, promove a construção e a expansão simultânea de cinco linhas do Metrô e da CPTM. Ao todo, os projetos de trilhos da rede metropolitana receberam investimentos de mais de R\$ 32 bilhões que, após concluídos, viabilizarão 40 km de novos trilhos e 35 novas estações.

A expansão da Linha 2 - Verde, contempla obras subterrâneas no sentido leste, com 8 km de extensão e oito novas estações. A Linha 6 - Laranja, uma nova linha subterrânea liga a região da Brasilândia ao Centro de São Paulo, com 15,3 km e 15 estações. Já a Linha 9 - Esmeralda está sendo ampliada com mais uma estação (Varginha). A linha 15 - Prata Monotrilho, com três novas estações (Ipiranga, Boa Esperança e Jacu Pêssego). E a Linha 17 Ouro - Monotrilho, com a construção de 6,7 km e oito novas estações.

Os investimentos em mobilidade urbana de nosso Estado não podem parar. Nosso compromisso é concluir as obras de extensão da linha 9 Esmeralda da CPTM até Varginha, concluir as obras da Linha 6 Laranja do Metrô que hoje empregam mais de nove mil trabalhadores, entregar a ligação do aeroporto de Congonhas com a linha 9 da CPTM da Linha 17 - Ouro, entregar as obras da Linha 15 - Prata e concluir as obras da linha 2 Verde rumo à zona Leste.

Vamos ainda viabilizar os projetos, licenças, contratações e iniciar as obras do trem intercidades, as intervenções das linhas 5, 13, 14, 16, 19, 20, 22, do trem entre a Capital e Sorocaba, além da expansão dos corredores e demais melhorias, conforme detalhamento a seguir:

- Trem Intercidades Eixo Norte: Por meio de PPP, trem que vai ligar o Centro de São Paulo à região de Campinas. O serviço expresso deverá ter tempo de viagem de uma hora entre São Paulo e Campinas. O empreendimento também contempla a criação do serviço parador "Trem Intermetropolitano TIM" entre Francisco Morato e Campinas, passando por Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jundiaí, Louveira, Vinhedo e Valinhos, e investimentos para a melhoria do desempenho e da qualidade do serviço da Linha 7 Rubi da CPTM, entre a Barra Funda e Francisco Morato.
- Trem São Paulo Sorocaba: Com a concessão das linhas 8 e 9, viabilizar projeto executivo e início das obras para realizar a ligação até Sorocaba, servindo também as cidades de São Roque e Mairinque.
- Expansão da Linha 2 Verde: Entre a Vila Prudente e a Penha Dutra (Guarulhos), passando pela Vila Formosa, Vila Carrão e Aricanduva.
- Expansão da Linha 4 Amarela: Da Vila Sônia, passando por Dumont Villares e fazendo o Metrô chegar a Taboão da Serra.
 - Linha 5 Lilás: do Capão Redondo até o Jardim Ângela, passando por Comendador Sant'Anna.
- Linha 15 Prata: do Ipiranga/Vila Prudente até a Jacú-Pêssego. Quando finalizada, reduzirá em até 40 minutos o tempo de viagem entre São Mateus e a região central da Capital.
 - Linha 16 Violeta: Com a ligação da estação Oscar Freire da linha 4 Amarela até a Cidade Tiradentes.
- Linha 17 Ouro: Expansão do aeroporto de Congonhas/Washington Luís até o Morumbi, interligando as linhas 4 Amarela; 5 Lilás e 9 Esmeralda.
 - Linha 17 Ouro: Na outra ponta, ampliação do aeroporto de Congonhas até o Jabaquara.
- Linha 19 Celeste: linha que interliga o Centro de São Paulo a Guarulhos, passando pela Vila Maria, Jardim Japão, Jardim Brasil e Jardim Julieta na Zona Norte de São Paulo.
 - Linha 20 Rosa: linha que interliga a Zona Oeste de São Paulo (Lapa) ao ABC.
 - Linha 22 Marrom: trecho que interliga a Zona Oeste da Capital (Sumaré) a Cotia, passando por Osasco.
- Melhoria da Experiência do Passageiro nas Linhas 1,2 e 3: Com a implantação de portas de plataforma em todas as estações, aquisição de novos trens e modernização da sinalização para maior regularidade.
- Extensão da Linha 13 Jade: Até Bonsucesso, com quatro novas estações para atender a porção leste de Guarulhos, conectando-se com outras linhas da CPTM e Metrô.
 - Extensão da Linha 9 Esmeralda: Até Varginha, obras em andamento.
 - Linha 14 Ônix 39 km e 22 estações, para atender os municípios de Guarulhos, São Paulo e o ABC.
- Novas Estações da CPTM: Lajeado (Linha 11 Coral); União de Vila Nova (Linha 12 Safira); Pari (Linha 11 Coral); Bom Retiro (Linha 11 Coral) e Ipiranga (Linha 10 Turquesa).
- Obras de acessibilidade nas Linhas 10 e 12: Estação Prefeito Celso Daniel Santo André (L10); Estação Mauá (L10); Estação Juventus-Mooca (L10); Estação Ipiranga (L10); Estação Itaquaquecetuba (L12) e Estação Aracaré (L12).

- Melhoria da Experiência do Passageiro nas Linhas 10, 11 e 12: Implantação de novos sistemas de energia e modernização da sinalização para maior regularidade; reforma da Subestação Memorial da América Latina (L10); nova Subestação Ribeirão Pires (L10); implantação da linha de distribuição aérea (L10); nova Subestação de Santo André (L10); implantação do Sistema CBTC (L10 e L11) e implantação do Sistema ATO (L12).
- Novo BRT do ABC: A linha terá 18 quilômetros de via expressa, com 20 paradas, três terminais e uma frota de 82 ônibus elétricos, com ar-condicionado, silenciosos e não poluentes, articulados, com 23 metros.
- 2ª e 3ª Fase do VLT da Baixada Santista: Concluir o VLT entre Conselheiro Nébias e Valongo em Santos e implantar a 3ª Fase, com a modernização e ampliação da ponte dos Barreiros.
- Conclusão dos Corredores Itapevi e Guarulhos: Finalizar o Corredor Itapevi-São Paulo concluindo os trechos entre Carapicuíba e a divisa entre Osasco e São Paulo (entre Terminais Luiz Bortolosso e Vila Yara); adequar os projetos do corredor Guarulhos concluindo os trechos Vila Galvão-Tucuruvi e central.
 - Novos Corredores: Alto Tietê corredor no município de Arujá e entre Arujá e Itaquaquecetuba.
- Ampliação do LIGADO: Sistema de vans acessíveis para atendimento de pessoas com deficiência, ampliando o serviço com a Secretaria de Estado da Educação e desenvolvendo nova parceria para a prestação do serviço com a Secretaria de Estado da Saúde. Atualmente possui contrato com a Secretaria da Educação para transportar crianças com deficiência.
- Novas Concessões nas RMs de Sorocaba e Vale do Paraíba: Concluir o processo de concessão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

TRANSPORTES & LOGÍSTICA

De acordo com o último relatório da Confederação Nacional de Transportes (CNT), as 10 melhores rodovias do país estão em São Paulo. Todas elas são de jurisdição do Governo do Estado de São Paulo e mais de 80% das rodovias paulistas são avaliadas como ótimas ou boas pela pesquisa. São Paulo possui as melhores estradas do Brasil, mas muito trabalho foi realizado nos últimos quatro anos para que nosso Estado alcançasse esse resultado. Foram mais de 8 mil km de obras rodoviárias nos Programas Estrada Asfaltada e Novas Estradas Vicinais, que beneficiaram 791 rodovias paulistas. São Paulo também inovou e realizou a maior concessão rodoviária do Brasil, o Lote PIPA (Piracicaba-Panorama). O consórcio vencedor fará investimentos de R\$ 14 bilhões, assumindo 1,2 mil km de estradas, que perpassam 62 municípios, atravessando o território paulista de Campinas até a divisa com Mato Grosso do Sul. Realizou ainda a duplicação do trecho de Serra da rodovia dos Tamoios. Para o próximo governo, os Contornos da Tamoios serão concluídos, com mais 34 km de novas pistas, obra que vai acelerar o desenvolvimento do Litoral Norte. Agora é hora de ampliar a competitividade do nosso Estado, modernizando sua cadeia logística para reduzir prazos e custos de quem produz, ampliando os investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos.

RODOVIAS

- Linha Verde: Implantação de ligação rodoferroviária, um novo acesso ao litoral paulista, partindo do trecho sul do Rodoanel até a Piaçaguera-Guarujá; início no Rodoanel Sul, Intersecção com a SP 031. O traçado dos trilhos acompanha paralelamente a rodovia por todo seu percurso, com energia limpa e baixo consumo; intersecção com a rodovia BR 101; área de descanso, refúgio, escape e pesagem em movimento dos caminhões.
- Desenvolvimento Rodoviário e Eliminação de Gargalos: Extensão de estradas, rodovias, duplicações, terceiras faixas e contornos municipais, com vistas à melhoria da logística e segurança viária. Entre os projetos estão obras como os prolongamentos da Rod. Castelo Branco (SP 280) até Rod. Dona Leonor Mendes de Barros (SP 333) (Echaporã) e da Rod. Edgard Máximo Zambotto (SP 354), Rod. dos Bandeirantes (SP 348 km 39+820) até a Rod. Castello Branco (SP 280 km 32+000) e a criação do macroanel de Ribeirão Preto e do contorno de Presidente Prudente. Entre as duplicações, citamos a das rodovias Oswaldo Cruz (SP 125), em Taubaté; da Rio-Santos (SP-055), passando por Bertioga / São Sebastião /Caraguatatuba / Ubatuba, e da Rod. Índio Tibiriçá (SP-031), passando por São Bernardo do Campo / Ribeirão Pires / Suzano.
- Recuperação de Vicinais: Ampliação do programa, com beneficiamento de mais 600 vicinais em 400 municípios.
- **Segurança Viária:** Ampliação dos investimentos em segurança e educação no trânsito, e incentivo à participação das universidades, entidades empresariais, associações de classe e sociedade civil.

PLANO CICLOVIÁRIO

- Fomentar, por meio da Secretaria de Turismo, a inclusão das Rotas Turísticas no Plano Cicloviário.
- Garantir que os futuros editais de concessão de estradas contemplem a implantação de ciclovias.

HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ

- Implantar comboios de nove mil toneladas, aumentando em 50% sua eficiência.
- Ampliar os canais de navegação e conferir maior agilidade ao transporte de cargas, com o derrocamento do Canal a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, proteção dos pilares da ponte da rodovia SP 333 e o atracadouro de espera da eclusa de Bariri.
- Realizar os projetos do canal de navegação sob a ponte da rodovia SP 425, canal de navegação de Botucatu e de Conchas.

AEROPORTOS

- Garantir maior oferta de voos regionais no Estado.
- Promover o Programa "stop-over", no qual os passageiros com escala em São Paulo poderão optar por permanecer ao menos 1 dia em alguma cidade paulista, sem custo adicional no valor da passagem.

FERROVIAS

- Promover e ampliar a conexão e integração com todos os modais logísticos.
- Nova Ferrovia Planalto Baixada Linha Verde.
- Nova Ferrovia Macrometrópole Paulista, com Vetor Ferroviário Oeste (Sorocaba-São Paulo) e Vetor Ferroviário Leste (Vale do Paraíba-São Paulo).
- Melhorias nas Ferrovias existentes, em especial na reativação do transporte, movimentação de carga e passageiros (Ferrovia Litorânea no Vale do Ribeira; Apiaí-Sorocaba; Pontal-Ourinhos; Panorama-Marília; Malha Oeste-Mairinque; Colômbia-Barretos; Ferrovia Bragantina).
- Ferrovias e Turismo: implantação de "shortline" entre Louveira e o complexo Serra Azul, levando a ferrovia até o aeroporto de Viracopos.
- Fomentar a implantação de VLTs nas regiões metropolitanas: São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, São José dos Campos, Campinas, Jundiaí e Piracicaba.

FAZENDA PÚBLICA & GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A economia de São Paulo é hoje destaque no cenário nacional. Cresceu quase cinco vezes mais do que o Brasil no último triênio (2019 a 2021): 8,0% contra 1,8% e pode inclusive superar os 10,0% no total do mandato (2019 a 2022). Em 2021 a sua dívida ficou no menor patamar desde pelo menos 1997. Reformas importantes foram feitas, cortando ineficiências e economizando recursos públicos. O Estado recuperou a capacidade de investir, elevando o volume de investimentos públicos para a ordem de quase R\$ 30 bilhões em 2021 e também quase R\$ 30 bilhões em 2022. O bom desempenho geral alavancou o investimento privado, que atravessa um momento de forte crescimento e que tem consequências no mercado de trabalho: a taxa de desemprego paulista, por exemplo, alcançou, no início de 2022, o menor patamar desde 2015. O Estado de São Paulo recebeu um volume de R\$ 208 bilhões de investimentos de empresas públicas e privadas entre 2019 e 2021, valor 22% maior do que o registrado nos três anos anteriores (2016, 2017 e 2018), que foi de R\$ 170 bilhões. Os dados são da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (Piesp), da Fundação Seade. O resultado da Piesp aponta que o crescimento da atividade econômica no Estado, apesar da pandemia, avançou junto com as reformas estruturantes implantadas pelo governo: previdenciária, administrativa e fiscal. Juntas, elas estão permitindo que o Governo de São Paulo promova redução de despesas de até R\$ 50 bilhões ao longo dos próximos anos.

Em relação à gestão, o Estado também procurou se apoiar cada vez mais na iniciativa privada. Reconhecendo as limitações do setor público em algumas áreas, especialmente em infraestrutura, o Governo de São Paulo buscou atrair grupos privados para atuar nesta área por meio das parcerias, sejam elas PPPs, concessões ou outras modalidades. Apesar de todo aprimoramento, há muito que se avançar. Se faz necessário gerar mais empregos, de maior qualidade e remuneração; é preciso melhorar a qualidade de vida da população, oferecendo melhores serviços de saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana, cultura e lazer. Para os próximos anos:

- Melhoria da Qualidade do Gasto Público: Reduzir ineficiências e redirecionar recursos para programas mais efetivos com a implementação da Revisão de Gasto (Spending Review), que requer unidade permanente de monitoramento e avaliação de políticas.
- Melhoria do Planejamento Fiscal do Estado: Implementação do Plano fiscal de médio prazo, ferramenta moderna adotada na maioria dos países avançados.
- "CashBack" do Imposto e Justiça Tributária: A partir do programa Nota Fiscal Paulista, com o combate à sonegação, inteligência tributária, devolver de maneira diferenciada à população mais vulnerável, parte do ICMS recolhido na transação.
- Aumento do Investimento em Infraestrutura: O Spending Review e o Plano fiscal de médio prazo permitem melhoria nas ações do Estado, com foco no investimento público em infraestrutura, a ser complementada com atração do setor privado.
- Redução da Burocracia e Melhoria no Ambiente de Negócios: Ampliação do uso da tecnologia para aumentar a eficiência dos processos, incluindo os tributários. Também é objetivo contribuir para uma reforma tributária ampla que reduza o custo Brasil.
 - Outras Questões Tributárias: Acelerar devolução de créditos devidos.
- Aumentar a Transparência: Aumentar a transparência e o diálogo com a população e com os órgãos de controle e outros Poderes.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL & APOIO AOS MUNICÍPIOS

Para dar foco e atenção especial aos municípios paulistas, foi criada em 2019 a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Entre diversas iniciativas, o apoio do Governo de São Paulo ao municipalismo pode ser medido sobretudo pela formalização de convênios da ordem de R\$ 2,2 bilhões para as 645 cidades paulistas. São investimentos em obras de infraestrutura urbana, recuperação de prédios e espaços públicos e pavimentação de ruas.

Para o Programa Nossa Rua, foram destinados R\$ 400 milhões para asfaltar vias urbanas de terra. Foram criadas três novas Regiões Metropolitanas no interior – RM São José do Rio Preto, RM de Piracicaba e RM de Jundiaí e aberta linha facilitada de crédito de R\$ 1 bilhão para as prefeituras.

O Programa Vale do Futuro, um dos mais ambiciosos objetivos da atual gestão, já recebeu mais de R\$ 1 bilhão em investimentos e geração de 30 mil empregos, tudo para aumentar a qualidade de vida de 22 municípios do Vale do Ribeira.

Já o Sudoeste + 10 (que abrange 16 cidades da região de Itapeva), o Pontal 2030 (para 32 cidades do Pontal do Paranapanema), o Viva o Vale (que beneficia 17 cidades das regiões do Vale Histórico e da Fé, no Vale do Paraíba) e o SP Nova Alta Paulista (que contempla 30 municípios do noroeste do Estado), são todos programas com ações de desenvolvimento econômico, social e sustentável e totalizam, juntos, mais de R\$ 1 bilhão em investimentos.

Em infraestrutura viária, o Governo de São Paulo está executando o maior programa de modernização e recuperação de estradas do Brasil. São 791 obras em mais de 8,1 mil km de vias em todo o Estado por meio dos programas Estrada Asfaltada e Novas Estradas Vicinais, gerando mais de 40 mil empregos.

E pelo Programa Melhor Caminho, o governo vem fazendo melhorias e serviços em 5 mil km de vias rurais para valorizar o interior. Na atual gestão, cinco mil km de estradas rurais foram recuperadas em apenas um ano, 10 vezes mais do que a média anual histórica. E muitas novas ações estão programadas para os próximos anos. São elas:

- Política Municipal ASG: Apoio na profissionalização da gestão municipal e na implementação de políticas ESG (Ambiental, Social e Governança) nos municípios. A boa governança possibilita a recuperação e ampliação da capacidade de investimento dos municípios para implementação das políticas públicas. A promoção do desenvolvimento sustentável pressupõe a articulação dos objetivos sociais, ambientais e econômicos. Uma estratégia ESG eficiente deve garantir que as ações sejam transformadas em resultados.
- Centros Urbanos, Combate à Vulnerabilidade e Drogadição: apoiar os municípios na prevenção e enfrentamento das chamadas "cracolândias". De forma integrada, ofertar políticas de saúde, segurança, habitação e desenvolvimento social. Na saúde, ampliar a oferta de tratamento para dependentes químicos e leitos de internação. Sufocar o crime organizado e o tráfico de drogas. Oferecer alternativas de moradia e aluguel social. Na área de desenvolvimento social, apoio e oferta de programas de reinserção social por meio do trabalho.
- Transformação Digital: Apoio na transformação digital dos municípios. O Programa Parcerias Municipais será continuado em versão 4.0 e apoiará os municípios na elaboração e implementação de estratégias para aceleração do desenvolvimento municipal, tendo em vista os novos marcos legais (Nova Lei de Contratações Públicas; Marco Legal das Startups; Lei de Governo Digital).

- **SP+Perto:** Aprimoramento do Programa Canal Direto SP+Perto. O programa proporcionará mais agilidade e eficiência para as prefeituras em suas demandas e tratativas com o governo estadual, com atendimento mais humanizado, eficiente e de qualidade, com a adoção de modernas tecnologias e trabalho integrado entre diferentes órgãos da administração estadual na região.
- **SP+Consórcios:** Fortalecer o Programa SP+Consórcios. Atualmente 570 municípios participam de algum tipo de consórcio no Estado, sendo 32 consórcios multifinalitários (com mais de um objetivo/finalidade) e 35 unifinalitários (com apenas uma finalidade). O programa visa torná-los 100% consórcios multifinalitários, para ampliar o acesso às políticas públicas de Estado e fortalecer as regiões paulistas.
- Ações Especiais: Por meio de programas regionais de desenvolvimento, empoderamento e proposta de novas fases dos programas focados no combate às desigualdades sociais: Vale do Futuro Sustentável; Pontal 2030; Sudoeste+10; Viva o Vale.
- Nova Regionalização: Implementação da Nova Regionalização do território paulista, que deverá ser aplicada imediatamente após a aprovação do PLC 14/2022, que cria 22 unidades regionais, abrangendo todo o território paulista e atualiza as regras para a organização regional do Estado, face a edição do Estatuto da Metrópole Lei Federal 13089/2015 e o imperativo do Acórdão 1842/2013 do STF, que definem a obrigatoriedade de uma gestão compartilhada das funções públicas de interesse comum, entre Estado e Municípios.
- Avaliação Constante: Continuidade e aperfeiçoamento da avaliação dos programas formalizados mediante convênios e monitoramento com indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. As transferências voluntárias de recursos aos municípios para infraestrutura ou na forma de programas como a Casa da Juventude, a Casa da Mulher, o Centro de Equidade Racial/Casa SP Afro Brasil, Nossa Rua, República para LGBTQIAP+ e Idosos serão avaliados mediante a utilização de indicadores que deverão estar expressos no conteúdo de cada convênio.

GOVERNO DIGITAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E INOVAÇÃO

Prestar mais e melhores serviços à população é prioridade deste governo. Nos últimos anos muitos investimentos foram realizados. O Poupatempo teve a maior expansão de postos físicos e serviços digitais de sua história. Foram criadas 52 novas unidades, fazendo o número de postos saltar de 71 para 123. Também houve verdadeira revolução digital, fazendo com que os serviços acessados diretamente pela internet saltassem de 50 para 215. Entre eles, destacamos o licenciamento de veículos, Carteira de Trabalho e Seguro-Desemprego, renovação da CNH, transferência de veículos, atestado de antecedentes criminais e certificado de vacinação.

Em 2022, o Estado bateu recorde de investimentos em Ciência e Tecnologia, com repasse de R\$ 17 bilhões para as universidades públicas e agência de fomento. Criou também para a rede estadual de ensino o Centro de Mídia, dotado de tecnologia para ensino virtual para mais de 3,5 milhões de alunos.

Definida a prioridade do governo digital, vamos avançar ainda mais nos próximos anos, garantindo a conectividade a todos os paulistas, a inclusão de novos serviços digitais de utilidade pública e também a oferta de políticas públicas diretamente pela tela do computador ou do celular. A pandemia nos ensinou a importância da internet, que deve ser encarada como serviço básico como, por exemplo, o acesso à água, saneamento básico e energia elétrica. Assim, além de continuar ampliando os serviços do Poupatempo, tanto em unidades físicas (devemos chegar a 200 unidades) como em serviços digitais (alcançar marca de 240 serviços), propomos o conceito do "Cidadão 360". Além de integrar cadastros e ampliar os serviços de utilidade pública realizados diretamente pela internet, vamos dar um passo adiante: ofertar pela tela do celular, diretamente ao cidadão, diversas políticas públicas.

- **SP CONECTADO**: Em parceria com a iniciativa privada, São Paulo vai liderar esforços para garantir cobertura digital em todo o território paulista. A meta é assegurar acesso ao serviço de transmissão de dados em todas as regiões de São Paulo. E, para a população mais vulnerável, promover o acesso gratuito ao serviço e, quando identificada a necessidade, fornecer em comodato, os aparelhos para conexão. O Estado também promoverá a formação digital para aquelas pessoas que necessitarem de apoio no acesso às novas tecnologias. Alcançado esse objetivo, de universalizar e democratizar o acesso à cobertura e efetiva conectividade, o Estado estará pronto para ofertar diversas políticas de forma digital. Entre elas, podemos citar:
- Plataforma Única: Promoção da integração de todos os canais de relacionamento com o cidadão, numa plataforma única e acessível.
 - Identidade Digital Paulista: "Login SP", válido para todos os serviços.
- EducaSP.com: Educação em tempo integral, no contraturno, como estratégia de recuperação das aprendizagens; criação de plataforma colaborativa, construída a partir dos professores e pedagogos da própria rede estadual e transformada em conteúdos virtuais "padrão netflix" para ser acessada por todos os alunos da rede pública; integração dos conteúdos com o ensino presencial e tutoria online com professores.
- **SaúdeSP.com:** Com serviços de telemedicina e consulta online; histórico clínico digital; dispensação e acompanhamento da entrega do remédio em casa; carteira de vacinação digital; chip para pets.
- SegurançaSP.com: Delegacia virtual com delegado e escrivão online; integração das câmeras dos espaços públicos, bodycam etc.; modernização do DETECTA, teleaudiência nas unidades prisionais, telemedicina nas unidades prisionais, visitas virtuais nas penitenciárias.
- **MobilidadeSP.com:** Solução "google street" das condições de tráfego nas estradas, das linhas de transporte coletivo etc.
- **AgroSP.com:** Trilha de conhecimento para pequenos agricultores; fomento com IOT (internet das coisas) para pequenos agricultores; IOT para diagnóstico de solo.
 - CulturaSP.com: Visitas virtuais aos museus, acesso a concertos e espetáculos.
- **SocialSP.com:** Acompanhamento e integração dos benefícios sociais; conta bancária sem taxas; acompanhamento virtual de assistente social.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

São Paulo ampliou nos últimos anos o seu protagonismo internacional e trouxe inúmeras conquistas para o Estado. Os escritórios internacionais de Xangai (China), Dubai (Emirados Árabes), Munique (Alemanha) e Nova York (Estados Unidos) tiveram um papel relevante neste processo, assim como a realização de diversas missões internacionais e a participação de eventos como o Fórum Econômico em Davos. O resultado foi a captação de mais de R\$17 bilhões de investimentos em diversas regiões do estado e uma série de acordos de cooperação técnica envolvendo setores como saúde, agricultura e meio ambiente.

Vale destacar que o trabalho da área internacional do governo foi fundamental para a parceria entre o laboratório Sinovac e o Instituto Butantã, grande responsável por trazer a vacina contra a Covid-19 para o Brasil.

São Paulo também foi pioneiro nas discussões ambientais, tendo um papel relevante na COP26, além de ser o primeiro estado brasileiro a aderir à campanha "Race to Zero" estabelecendo um plano de ação para zerar as emissões de carbono até 2050.

Desta forma, estabelecemos as seguintes propostas para ampliar o trabalho de São Paulo no plano internacional:

- Estímulo à Internacionalização dos Municípios: Apoiar municípios na identificação e prospecção de parcerias internacionais que contribuam para a melhora de políticas públicas locais. Propondo e auxiliando em agendas internacionais com objetivo de ampliar a visibilidade e projeção de projetos municipais.
- Ampliação de Investimentos Internacionais no Estado: Fortalecer a posição do Estado de São Paulo internacionalmente, seja pela participação em eventos internacionais, como fóruns e "road shows". Além da manutenção dos 4 escritórios internacionais e de programas como o SP Export que incentivam empresas paulistas a se internacionalizarem e do SP Global que fomentam oportunidades para startups paulistas.
- Realização de Projetos de Cooperação Internacional: Prospectar e concretizar parcerias internacionais bilaterais e multilaterais com o propósito de auxiliar na formulação de políticas públicas nas áreas econômicas, sociais e ambientais; promover o intercâmbio de melhores práticas com demais governos, terceiro setor e instituições de ensino.
- Ampliação da Participação do Estado como ator Global: Criar marca do Estado de São Paulo para projeção internacional, que estará presente em todos os documentos de divulgação e nos eventos do governo no âmbito internacional; ampliar o relacionamento entre o estado e entes diplomáticos, assim como a promoção de ações intersecretarias como missões comerciais em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e InvestSP.
- Prestar Suporte para Expatriados, Imigrantes e Refugiados no Estado: Criar uma plataforma digital com informações de serviços para imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no Estado de São Paulo, em coordenação entre a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Relações Internacionais.